MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

Planejamento Estratégico 2012 - 2016

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

Ministério Público

resolutivo e mais proximo do cidadão

Planejamento Estratégico 2012 - 2016

São Luís
2011

Planejamento Estratégico 2012 - 2016

COORDENAÇÃO
Maria de Fátima Rodrigues Travassos Cordeiro
Procuradora-Geral de Justiça
Marco Aurélio Ramos Fonseca
Promotor de Justiça
Theresa Maria Muniz Ribeiro de La Iglesia
Promotora de Justiça

COLABORAÇÃO
Mônica Carvalho Nascimento - Assessora Técnica
Luíz Felipe Martins dos Reis - Assessor Técnico
Wallaci Figueiredo Urbano - Técnico Ministérial
Raisa Barbosa Tavares - Estagiária

SUPERVISÃO GERAL
Tácito de Jesus Lopes Garros
Coordenador de Comunicação da Procuradoria Geral de Justiça

CONSULTORIA PARA ELABORAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO
3GEN Gestão Estratégica
CONSULTORES
Roberto Campos
Cecília Thieme Fujimaki

NORMALIZAÇÃO
Maria dos Remédios Ribeiro dos Santos
Coordenadora de Documentação e Biblioteca

REVISÃO
Ilza Galvão Cutrim

PROJETO GRÁFICO
Raimundo Nonato Penha Soares
Chefe da Seção de Produção Gráfica e Comunicação Interna

Maranhão. Ministério Público.
Planejamento Estratégico2012-2016. – São Luís: Procuradoria Geral de Justiça, 2011.
92p.: il.color.

1. Ministério Público – Planejamento estratégico-Maranhão. I. Titulo.

CDU 347.963(8121)

Ministério Público do Estado do Maranhão
Rua Oswaldo Cruz, 1396 - Centro
CEP 65.020-910 - São Luís - Maranhão
Fone: (0XX98) 3219.1600
www.mp.ma.gov.br

COMITÊ DE GESTÃO ESTRATÉGICA

MARIA DE FÁTIMA RODRIGUES TRAVASSOS CORDEIRO
Procuradora-Geral de Justiça (Presidente)

EDUARDO JORGE HILUY NICOLAU
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos

REGINA MARIA DA COSTA LEITE
Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

MARCO AURÉLIO RAMOS FONSECA
Diretor da Secretaria para Assuntos Institucionais

PEDRO LINO SILVA CURVELO
Diretor-Geral da Procuradoria Geral de Justiça

ANTONIO AUGUSTO NEPOMUCENO LOPES
Assessor da Procuradora-Geral de Justiça

NÚBIA ZEILE PINHEIRO GOMES
Coordenadora de Assuntos Estratégicos e Inteligência

THERESA MARIA MUNIZ RIBEIRO DE LA IGLESIA
Representante da Escola Superior do Ministério Público

LUIZ MUNIZ ROCHA FILHO
Representante do Grupo Estadual de Combate às Organizações Criminosas

FRANCISCO DAS CHAGAS BARROS DE SOUSA
Procurador de Justiça

COMISSÃO DE APOIO À EXECUÇÃO DO COMITÊ DE GESTÃO ESTRATÉGICA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO

JOSÉ ANTONIO OLIVEIRA BENTS
Procurador de Justiça
JOAQUIM HENRIQUE DE CARVALHO LOBATO
Procurador de Justiça
LENA CLÁUDIA RIPARDO PAUXIS
Promotora de Justiça
RONALD PEREIRA DOS SANTOS
Promotor de Justiça
SEBASTIANA DE CÁSSIA ARAÚJO MUNIZ
Promotora de Justiça
MARIA DA GLÓRIA MAFRA SILVA
Promotora de Justiça
LAERT PINHO DE RIBAMAR
Promotor de Justiça
MARINA CARNEIRO LIMA
Promotora de Justiça
ELISABETH ALBUQUERQUE DE SOUSA MENDONÇA
Promotora de Justiça
MARCO AURÉLIO BATISTA BARROS
Promotor de Justiça
JADILSON CIRQUEIRA DE SOUSA
Diretor das Promotorias de Justiça de Imperatriz
SELMA REGINA SOUZA
Promotora de Justiça
ARACELES LIMA RIBEIRO
Promotora de Justiça
RUY ANTONIO VIEIRA DE CARVALHO
Promotor de Justiça
JOSÉ MÁRIO CUTRIM EWERTON
Diretora da Secretaria Administrativo-Financeira
TÁCITO DE JESUS LOPES GARROS
Coordenador de Comunicação
MARIA DOS REMÉDIOS RIBEIRO DOS SANTOS
Coordenadora de Documentação e Biblioteca
LUSELIAS SOARES SALES LOPES
Integrante do Setor de Planejamento
RAIMUNDO COSTA VALE
Integrante da Assessoria Técnica
JOSÉ RIBAMAR RODRIGUES FURTADO
Coordenador de Serviços Gerais

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Maria de Fátima Rodrigues Travassos Cordeiro
(Presidente)

José Antonio Oliveira Bents
Regina Lúcia de Almeida Rocha
Maria dos Remédios Figueiredo Serra
Eduardo Jorge Hiluy Nicolau
José Argôlo Ferrão Coêlho
Iracy Martins Figueiredo Aguiar
Ana Lídia de Mello e Silva Moraes
Lígia Maria da Silva Cavalcanti
Suvamy Vivekananda Meireles
Krishnamurti Lopes Mendes França
Raimundo Nonato de Carvalho Filho
Carlos Nina Everton Cutrim
Selene Coelho de Lacerda
José Henrique Marques Moreira
Domingas de Jesus Fróz Gomes
Francisco das Chagas Barros de Sousa
Cézar Queiroz Ribeiro
Clodenilza Ribeiro Ferreira
Terezinha de Jesus Guerreiro Bonfim
Regina Maria da Costa Leite
Flávia Teresa de Viveiros Vieira
Paulo Roberto Saldanha Ribeiro
Teodoro Peres Neto
Rita de Cassia Maia Baptista Moreira
Marco Antonio Anchieta Guerreiro
Sâmara Ascar Sauaia
Themis Maria Pacheco de Carvalho
Maria Luíza Ribeiro Martins Cutrim
Mariléa Campos dos Santos Costa
Joaquim Henrique de Carvalho Lobato

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO MARANHÃO (Biênio 2009-2011)

TITULARES

Maria de Fátima Rodrigues Travassos Cordeiro
PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA

Selene Coelho de Lacerda
CORREGEDORA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Suvamy Vivekananda Meireles
CONSELHEIRO

Eduardo Jorge Hiluy Nicolau
CONSELHEIRO

Flávia Tereza de Viveiros Vieira
CONSELHEIRA

José Argôlo Ferrão Coêlho
CONSELHEIRO

Rita de Cassia Maia Baptista Moreira
CONSELHEIRA

SUPLENTES

Themis Maria Pacheco de Carvalho

Terezinha de Jesus Guerreiro Bonfim

Domingas de Jesus Fróz Gomes

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

MARIA DE FÁTIMA RODRIGUES TRAVASSOS CORDEIRO
Procuradora-Geral de Justiça

EDUARDO JORGE HILUY NICOLAU
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos

REGINA MARIA DA COSTA LEITE
Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

SELENE COELHO DE LACERDA
Corregedora-Geral do Ministério Público

JOAQUIM HENRIQUE DE CARVALHO LOBATO
Subcorregedor-geral do Ministério Público

IRACY MARTINS FIGUEIREDO AGUIAR
Ouvidora-Geral do Ministério Público

LÚCIA CRISTIANA SILVA CHAGAS
Assessora-Chefe da PGJ

LENA CLÁUDIA RIPARDO PAUXIS
Diretora da Escola Superior do Ministério Público

MÁRCIA MOURA MAIA
Coordenadora do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude

LUIS FERNANDO CABRAL BARRETO JUNIOR
Coordenador do Centro de Apoio Operacional de Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio Cultural

MARILÉA CAMPOS DOS SANTOS COSTA
Coordenadora do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Patrimônio Público e da Probidade Administrativa

JOSÉ ARGÔLO FERRÃO COÊLHO
Coordenador do Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos e Cidadania

FRANCISCO DAS CHAGAS BARROS DE SOUSA
Coordenador do Centro de Apoio Operacional de Defesa da Saúde

LÍGIA MARIA DA SILVA CAVALCANTI
Coordenadora do Centro de Apoio Operacional do Controle Externo da Atividade Policial

NÚBIA ZEILE PINHEIRO GOMES
Coordenadora de Assuntos Estratégicos e Inteligência

PEDRO LINO SILVA CURVELO
Diretor-Geral

MARCO AURÉLIO RAMOS FONSECA
Diretor da Secretaria para Assuntos Institucionais

JOSÉ MÁRIO CUTRIM EWERTON
Diretor da Secretaria Administrativo-Financeira

ROSEANE BRANDÃO PANTOJA
Coordenadoria de Administração

IVONEIDE QUEIROZ SANTOS
Coordenadoria de Gestão de Pessoas

TATIANA ALVES DE PAULA
Coordenadoria de Orçamento e Finanças

MARIA DOS REMÉDIOS RIBEIRO DOS SANTOS
Coordenadoria de Documentação e Biblioteca

TÁCITO DE JESUS LOPES GARROS
Coordenadoria de Comunicação

VÂNIA MÁRCIA DE SOUSA LEAL
Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação

ANA MARIA ÁLVARES NUNES DO REGO
Coordenadoria de Processos

JOSÉ RIBAMAR RODRIGUES FURTADO
Coordenadoria de Serviços Gerais

JOSÉ WALTER GONÇALVES SILVA JÚNIOR
Coordenadoria da Folha de Pagamento

CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM
Comissão Permanente de Licitação

JOSÉ EDSON MAIA JÚNIOR
Assessoria de Controle Interno e Auditoria

WALTER DA CONCEIÇÃO ANDRADE BRAGA
Assessoria Técnica

APRESENTAÇÃO

"Se, como simples cidadão,
posso vigiar e fazer o quanto em mim couber
para que se não olvide as leis do meu país, ...,
como promotor público, devo e sou obrigado
a pugnar pela sua fiel observância,
ainda com risco da própria vida,
e nem outra cousa se deve esperar
de Argos da Justiça, do confidente da ordem pública"

Ofício do promotor público interino da Comarca da Chapada, Manoel Nunes Pereira, ao presidente da Província do Maranhão, Eduardo Olímpio Machado, datado de 1° de Fevereiro de 1855.

Aproximam-se as comemorações do aniversário de 400 Anos da fundação de São Luís, a Capital do Estado do Maranhão, marco oficialmente considerado como 8 de setembro de 1612. A data histórica delimita também o início da colonização efetiva das terras da Costa Leste-Oeste do Brasil desde muito antes visitadas por europeus e conhecidas como Maranhão.

No palmilhar do maranhense ao longo de sua história de 400 anos, já por quase dois séculos vê-se também, dividindo as pegadas, a atuação do Ministério Público. Incipiente e estacionário no Brasil Império, mas claramente evolutivo durante a República, da Instituição podemos dizer que "não é filha do contributo de poucos", tal como se encerra a Introdução do tomo 2 do volume 2 da Correspondência Ativa dos Promotores Públicos do Império, obra publicada em 2010 no âmbito do Programa Memória Institucional do Ministério Público do Estado do Maranhão. Acrescente-se, transcrevendo da mesma fonte:

> "Entes com história longa e sofrida, a exemplo do Parquet, não são resultado do denodo, da resistência e do sofrimento de alguns somente, senão que da contribuição de todos quantos, embora condicionados pela realidade objetiva da época em que viveram, trilharam naquela senda ao longo dos tempos, desde os pioneiros até os coevos, vigilantes, estes, para que o patrimônio moral legado por aqueles não se arruíne, tampouco desapareça."[1]

---

[1] Introdução escrita pelo Promotor de Justiça Washington Luiz Maciel Cantanhede, Coordenador do Programa Memória Institucional do Ministério Público do Estado do Maranhão.

O excerto do ofício de 1855, em epígrafe, enviado pelo Promotor Público interino da Comarca da Chapada (Grajaú) ao Presidente da Província, identificado pelo número 253 no tomo 4 do volume 2 da obra supracitada, é deveras emblemático da consciência que a Instituição criou, desde a fase embrionária no Século XIX, acerca de sua missão social. De fato, o Ministério Público deve ser da Justiça um Argos (personagem mitológica de cem olhos) e da ordem pública um confidente (guardião de segredos ou, no teatro, intermediário entre os atores e a platéia): vigilante incansável em prol da observância das leis justas, partícipe da construção de um Direito de face verdadeiramente humana, e propulsor da efetivação de uma Justiça compromissada com o social, em tudo mantendo-se leal, incondicionalmente, ao interesse público.

Do conceito à prática, o exercício das atividades dessa missão histórica é, todavia, penoso. Há dificuldades de toda sorte. E a maior delas é servir de exemplo em um ambiente social de práticas viciosas na gestão da coisa pública. Tão viciosas, a ponto de se haverem sedimentado o suficiente para que muitos agentes as tenham como normais.O desempenho da citada missão institucional submete-se, por isso, antes de tudo, aos comandos da Constituição da República – o que deveria ser regra para todos os entes públicos. E assim, a Instituição, seus dirigentes e representantes devem agir, essencialmente, com respeito aos princípios que regem a administração pública, insertos no artigo 37 da Carta Magna: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

A eficiência (o fazer racional, econômico e adequado), entretanto, não é o bastante. A efetividade do compromisso institucional depende, para além do que exige o texto constitucional, de eficácia (atingir metas e objetivos). Ocorre que, no complexo mundo hodierno, mais que em qualquer época precedente, isso não é possível sem planejamento.

Cioso da importância do seu passado, haja vista a marcante atuação dos seus membros predecessores, mas atento às exigências do presente, o Ministério Público do Maranhão aponta agora para o futuro, apresentando, portanto, à sociedade, nesta publicação, a materialização do seu planejamento estratégico. Trata-se de instrumento de gestão construído a partir de um movimento participativo que envolveu seus membros e servidores, instados a pensar e priorizar diretrizes e ações que permitissem à Instituição protagonizar um salto de qualidade na prestação dos seus serviços e, assim, alcançar sua visão de futuro: "Ser reconhecido como Ministério Público resolutivo e mais próximo do cidadão".

Avante, pois, em prol do povo maranhense!

Maria de Fátima Rodrigues Travassos Cordeiro
Procuradora-Geral de Justiça

ESTIMADOS COLEGAS

A realização do Planejamento Estratégico do Ministério Público do Estado do Maranhão 2012/2016 é um marco na história da Instituição Ministerial timbira a partir do qual todos nós, membros, servidores e sociedades unimos esforços construindo um Ministério Público mais eficaz, proativo, resolutivo e próximo do cidadão.

Iniciamos o trabalho no mês de maio deste ano, quando ocorreu a audiência de alinhamento estratégico, com a participação de membros e servidores do Ministério Público. Durante o mês de junho, cinco audiências públicas foram realizadas nas seguintes cidades: Imperatriz, Timon, Pinheiro, Santa Inês e São Luís envolvendo um contigente significativo de pessoas na elaboração do Planejamento Estratégico, ação que foi fundamental para buscarmos proposições objetivando dar solução aos principais problemas do Estado do Maranhão, apontados nas audiências já citadas. Destes encontros surgiram 27 projetos que serão desenvolvidos pelo Ministério Público maranhense, durante os próximos cinco anos.

Depois de percorrermos o nosso Estado de norte a sul e após ouvirmos a população dos rincões mais distantes, foi gestado o projeto Institucional Ministério Público: Positivando o Desenvolvimento Humano – IDH que tem o propósito de fomentar a otimização do incremento de políticas públicas com foco na melhora da oferta de saúde, educação e de renda no nosso Estado, principalmente dos municípios de Centro do Guilherme, Araioses, Santana do Maranhão, Belágua, Fernando Falcão, Matões do Norte, Lagoa Grande do Maranhão, Brejo de Areia, São Roberto, Governador Newton Bello, que apresentam o Índice de Desenvolvimento Humano abaixo da média nacional, possibilitando assim a positivação da qualidade de vida das populações envolvidas e do povo do Maranhão como um todo, eis que o projeto em questão se propõe a ser irradiador de uma corrente crescente de engajamento das instiuições públicas e privadas nesse sentido.

O engajamento dos órgãos de execução é fundamental para o alcance dos resultados objetivados no presente trabalho. Acreditamos que, com a participação de todos, estamos construindo um Ministério Público de excelência, comprometido com a transformação de nossa realidade social, buscando a promoção da justiça, do respeito aos direitos fundamentais e dos interesses indisponíveis da sociedade com melhoria da qualidade de vida de nossa população.

Um abraço fraterno!

Marco Aurélio Ramos Fonseca
Promotor de Justiça
Diretor da Secretaria para Assuntos Institucionais

Theresa Maria Muniz Ribeiro de la Iglesia
Promotora de Justiça
Assessora da Escola Superior do Ministério Público

Solenidade de abertura do Planejamento Estratégico

SUMÁRIO

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO MARANHÃO NA LINHA DO TEMPO **15**
HISTÓRICO 15
MARCOS LEGAIS DA EVOLUÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO 18
A AUTONOMIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO 18
O PAPEL DO PROCURADOR 20
AS MULHERES NO MINISTÉRIO PÚBLICO 21
ÓRGÃOS COLEGIADOS 22
OUTROS ÓRGÃOS 23
NOVAS METAS 24
O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO **27**
A TRAJETÓRIA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 34
Metodologia aplicada 35
ETAPAS DE IMPLANTAÇÃO 37
Planejamento do Programa 37
Diagnóstico e alinhamento Estratégico 38
Elaboração do Plano Estratégico e Construção do BSC 42
Consolidação do Plano estratégico 46
Construção do Modelo de Gestão Estratégica 47
MAPA ESTRATÉGICO - PROJETOS **49**
RECURSOS 51
INFRAESTRUTURA E TECNOLOGIA 52
PESSOAS 54
INSTITUCIONAL 56
PROCESSOS 59
IMPACTO SOCIAL 68
MODELO DE GESTÃO ESTRATÉGICA DO MPMA **71**
MODELO DE GESTÃO ESTRATÉGICA 71
DISPONIBILIZAÇÃO DOS INDICADORES E DA ANÁLISE DO STATUS DOS PROJETOS 72
PAPÉIS E RESPONSABILIDADES 76
FLUXO DO MODELO DE GESTÃO 79
PROJETOS IMPLANTADOS **81**
PROGRAMA DE RÁDIO ESTAÇÃO MINISTÉRIO PÚBLICO 81
PROJETO O MINISTÉRIO PÚBLICO DO MARANHÃO POSITIVANDO O DESENVOLVIMENTO HUMANO 84

Celso Magalhães
Patrono do Ministério Público do Maranhão

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO MARANHÃO NA LINHA DO TEMPO

HISTÓRICO

A linha do tempo e o registro dos historiadores mostram que os crimes atingem mais as condições de convivência social do que os interesses dos indivíduos. Era preciso encarregar alguém de defender permanentemente os interesses comuns da sociedade. E assim surgiu o Ministério Público - MP, de forma lenta e progressiva, em resposta às exigências históricas das sociedades, percorrendo um longo caminho no decorrer dos séculos, firmando-se como órgão agente da repressão penal, titular da pretensão punitiva do Estado-administração perante o Estado-juiz."

No Brasil, o MP surgiu no período Colonial, entre os séculos XVI e XVII

No Maranhão, sua história se confunde com a história de São Luís.

A maioria dos historiadores afirma que coube aos franceses a fundação da cidade com a construção do forte Saint Louis, edificado para facilitar a defesa da então chamada França Equinocial.

Os colonos franceses estabeleceram-se numa ilha, onde fundaram um povoado denominado de "Saint Louis", em homenagem ao soberano Luís XIII de França (1610-1643). No dia 8 de Setembro de 1612, frades capuchinhos rezaram a primeira missa, tendo os colonos iniciada a construção do Forte.

Cientes da presença francesa na região, os portugueses reuniram tropas a partir da capitania de Pernambuco, sob o comando de Alexandre de Moura. As operações militares culminaram com a capturação francesa, em 4 de novembro de 1615.

A colonização portuguesa no Maranhão se efetivou após a expulsão dos franceses na Batalha de Guaxenduba, liderada por Jerônimo de Albuquerque e reforçada com a ajuda de Alexandre de Moura. Possivelmente não foi só a vitória portugueses na batalha que resultou na rendição dos franceses, mas negociações dos portugueses com Daniel de La Touche para deixarem a França Equinocial.

Com o início da colonização, após a expulsão dos franceses, a Coroa Portuguesa criou em 1617 o Estado Colonial do Maranhão, autônomo, independente do resto do Brasil. No entanto, a história judiciária começa em 1619 com o Ouvidor-Geral do Rei respondendo pela Ouvidoria-Geral do Maranhão.

Esse regime judiciário durou mais de 200 anos, até que em 1824, a constituição do Império do Brasil fez surgir, claramente a instituição do Ministério Público brasileiro, com a figura do Promotor Público do Império, ou seja: um procurador da coroa para defender os interesses da Fazenda Pública.

Nessa época, vários nomes se destacaram, mas um deles marcou a história do Ministério Púbico do Maranhão. O destemido, justo e competente Celso da Cunha Magalhães. Um Promotor de Justiça nascido em Viana, cidade da baixada maranhense. Além de suas ações em defesa dos direitos humanos, em pleno período escravagista, ele conduziu um dos mais brilhantes e polêmicos episódios da história do Poder Judiciário maranhense: o processo que ficou conhecido como o crime da Baronesa. Essa disputa judicial ocorreu na segunda metade do século XIX, no ano de 1876.

Celso Magalhães fez tomar acento no banco dos réus uma integrante da burguesia real sob a acusação de assassinato. Processou a abastada senhora Ana Rosa Viana Ribeiro, que no futuro viria a ser a Baronesa de Grajaú, esposa do Dr. Carlos Fernando Ribeiro. Ela fora acusada de matar a pancadas o escravo de sua posse Inocêncio de apenas 8 anos de idade.

A acusação contra Ana Rosa foi concretizada depois que o delegado chefe de polícia, Sr. Antônio José da Silva desconfiou do fato de o caixão da criança ter saído fechado para o cortejo fúnebre. Naquela época, segundo pesquisadores, era hábito que os cortejos até o cemitério fossem feitos com o caixão aberto, quando se tratava de morte de crianças ou pessoas de certa importância.

No caso do escravo, o caixão foi descerrado apenas para que o padre procedesse com os rituais católicos. O delegado percebeu as lesões e solicitou exame de corpo de delito. Contam os relatos históricos que o laudo da perícia declarou que a criança foi submetida a pancadas na cabeça, na cintura e nas orelhas. Haviam muitas feridas nos lábios e em diversas partes do corpo da criança. Marcas de um forte espancamento.

Afrontada pelo perigo de ser julgada como autora do assassinato, Ana Rosa não aceitou o resultado e seu advogado requereu a realização de um segundo exame de corpo de delito. O

Óleo sobre tela representando o julgamento da Baronesa de Grajaú pelo Tribunal do Júri

Dr. Santos Jacintho, amigo da família da baronesa, juntamente com outros peritos, foi quem fez o exame. O novo resultado atestou que a causa da morte do menino foi anemia. Devido à discordância, teve início o processo que se tornou um caso criminal célebre.

A Ex-Procuradora-Geral de Justiça, Elimar Figueiredo de Almeida Silva, que também é pesquisadora e historiadora do Ministério Público maranhense, relata que à época, o Juiz acolheu a denúncia contra Ana Rosa, mas, quando ela foi a júri pelo Tribunal popular, acabou absolvida por unanimidade. No ano seguinte, ocasião em que o Barão de Grajaú, Dr. Carlos Fernando Ribeiro, assumiu a Presidência da Província, Celso Magalhães foi exonerado a bem do serviço público, e acabou morrendo de desgosto. Mas, o exemplo dele ficou.

Na linha do tempo, esse ato de bravura fez de Celso Magalhães o patrono do Ministério Público maranhense, e sua coragem, manifestada no século XIX, continuou impulsionando o trem da história da instituição.

MARCOS LEGAIS DA EVOLUÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

O ano de 1891 marca um novo momento; institui o Ministério Público junto ao Poder Judiciário.

"O MP do Brasil se vinculava ao poder Judiciário; havia um Desembargador Procurador ou, Promotor Geral, e só veio adquirir status de Instituição precisamente na Constituição de 1946, com a Instituição Independente, mas só a Constituição de 1988 resgataria a verdadeira dimensão do Ministério Público brasileiro", confirma a ex-Procuradora-Geral de Justiça Elimar Figueiredo.

Para a Procuradora-Geral de Justiça Maria de Fátima Rodrigues Travassos Cordeiro, "o Ministério Público passou de defensor da coroa do rei para defensor dos interesses sociais e individuais indisponíveis, defensor da ordem jurídica, da cidadania e da democracia brasileira, com a nova Ordem Constitucional de 1988".

Para o ex-Procurador-Geral de Justiça Francisco Barros, "em termos de textos legais, a lei complementar Federal nº 40 também deve ser destacada, uma lei federal que deu a primeira roupagem jurídica ao Ministério Público, muito similar ao da Constituição de 1988". Outro avanço, segundo o Procurador de Justiça, foi a edição, "no âmbito do Estado do Maranhão, da lei delegada 156 de 1967, que estabeleceu um marco quanto à Independência do Ministério Público".

A Instituição Ministerial continuou evoluindo, a Carta Magna de 1988 lhe ortogou um novo perfil, deu ao Ministério Público uma nova face, um órgão Independente, com autonomia Administrativa e Financeira.

A AUTONOMIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

O Ministério Público existe para fiscalizar o cumprimento das leis, defender os direitos dos cidadãos e o regime democrático.

Ser a voz da sociedade diante dos três poderes.

Atua nas suas formas mais clássicas: No combate ao crime, nas Ações Penais, Inclusive no Tribunal do Júri.

O seu maior papel é o da defesa das leis e os direitos fundamentais da sociedade, os direitos difusos e coletivos: educação, saúde, transporte, segurança, infraestrura, moradia, meio ambiente, infância e juventude, idosos, deficientes, defesa do patrimônio público e do consumidor, entre tantos outros.

O Ministério Público trabalha e está presente em todos os municípios do Maranhão, em 1ª instância, com promotores de Justiça organizados em entrâncias inicial, intermediária e final e atuam perante os juízes de direito.

Depois de percorrer todas as entrâncias, o Promotor de Justiça pode chegar, por antiguidade ou merecimento, ao cargo máximo da instituição, que é o de Procurador de Justiça, 2ª instância, com atuação perante o Tribunal de Justiça.

O PAPEL DO PROCURADOR

Individualmente os Procuradores de Justiça respondem pelas Procuradorias divididas em Procuradorias Cível e Criminal.

Enquanto os Promotores de Justiça defendem os direitos sociais nas comarcas perante os juízes, os Procuradores tratam dos mesmos interesses sociais perante o Tribunal de Justiça ao lado dos Desembargadores.

O Ministério Público dos estados tem como chefe o Procurador-Geral de Justiça, que representa a instituição em todas as instâncias judiciais e administrativas.

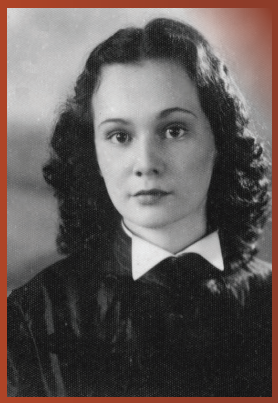
Sua escolha é feita pelo Governador do Estado entre membros com mais de dez anos de atividade na carreira, eleitos pelo voto direto, em lista tríplice, pelos Promotores e Procuradores de Justiça, em atividade.

Empossado, exerce mandato de dois anos, podendo ser reeleito uma vez sem deixar o cargo.

Procurador de Justiça Eduardo Nicolau

Plenário do Tribunal de Justiça do Maranhão

AS MULHERES NO MINISTÉRIO PÚBLICO



Dentro de um universo onde a maioria é formada por homens, várias mulheres marcaram o Ministério Público.

Aurora Correia Lima Felix e Arcelina Rodrigues Mochel, em 1941, foram as primeiras mulheres aprovadas no concurso público e ingressaram na carreira de Promotoras de Justiça no Maranhão.

A Dra. Néa Bello de Sá, no período de 1985 a 1987, assumiu a chefia do Ministério Público do Estado do Maranhão.

Já no período Democrático, a procuradora de Justiça Elimar Figueiredo de Almeida e Silva tornou-se a primeira mulher Procuradora-Geral de Justiça do Maranhão, escolhida pelo voto direto entre membros do Ministério Público.

Anos depois, aproximadamente 19 anos, a Procuradora de Justiça Maria de Fátima Rodrigues Travassos Cordeiro faz a mesma história: é eleita Procuradora-Geral de Justiça por dois mandatos consecutivos, como a segunda mulher a comandar o Ministério Público Maranhense. Hoje, mais de 1/3 da Instituição Ministerial é composta por Promotoras e Procuradoras de Justiça.

ORGÃOS COLEGIADOS

Reunião do Colégio de Procuradores de Justiça

Também opinam e decidem, como orgão da Administração Superior o Conselho Superior do Ministério Público e o Colégio de Procuradores de Justiça.

O Conselho Superior do Ministério Público é formado por sete membros. O Procurador-Geral e o Corregedor-Geral de Justiça são membros natos, os demais são eleitos, por todos os membros do Ministério Público, para mandato de dois anos.

Já o Colégio de Procuradores é formado pelos 31 Procuradores de Justiça, funcionando como instância recursal, no âmbito da Administração Superior.

Também órgão da Administração Superior, a Corregedoria Geral do Ministério Público

é o órgão orientador e fiscalizador das atividades funcionais e da conduta dos Promotores e Procuradores de Justiça.

OUTROS ORGÃOS

Para movimentar toda a estrutura, A PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA é auxiliada por outros órgãos, entre eles a Ouvidoria do Ministério Público do Estado do Maranhão, com a função de contribuir para elevar, continuamente, os padrões de transparência, presteza e segurança das atividades dos membros, orgãos e serviços auxiliares do Ministério Público. Além disso, também tem a função de receber elogios, críticas, sugestões, reclamações, e denúncias de qualquer interessado contra membros ou órgãos do Ministério Público, inclusive contra seus serviços auxiliares.

Enquanto isso, a Escola de Ensino Superior do Ministério Público (ESMP) trata do aprimoramento profissional e cultural dos membros da Instituição, realizando cursos, seminários, congressos, simpósios, pesquisas e outras atividades acadêmicas, entre elas, o preparo dos novos Promotores de Justiça para o ingresso na carreira.

Também é órgão auxiliar da Procuradoria Geral de Justiça, os Centros de Apoio Operacional (CAOP's). Eles reúnem grupos de excelência, coordenados por Promotores ou Procuradores de Justiça especializados, indicados pelo Procurador-Geral de Justiça, ouvindo o Colégio de Procuradores.

Os trabalhos desenvolvidos são voltados para o auxílio à Procuradoria Geral e aos órgãos de execução.

No Maranhão estão em plena atividade os CAOP's de Direitos Humanos e Cidadania, Infância e Juventude, Probidade Administrativa, Saúde, Controle Externo da Atividade Policial e Meio Ambiente. Também já estão criados os Centros de Apoio do Idoso e dos Deficientes.

NOVAS METAS

Atendimento da Promotoria Itinerante

O Ministério Público maranhense resolutivo e mais próximo do cidadão é uma forma de agir que ganhou corpo na instituição nos últimos anos e a promotoria Itinerante é um bom exemplo disso, ela saiu dos gabinetes e agora vai de ônibus até as comunidades onde as demandas acontecem.

A unidade móvel deu mais agilidade à itinerância. É dentro do ônibus que o Promotor de Justiça e seus auxiliares atendem a comunidade.

Todo início e término das atividades da Promotoria Itinerante são precedidas de uma audiência pública. O primeiro passo é ouvir a comunidade, fazer um diagnóstico e buscar soluções para as demandas da população.

A fim de garantir respostas rápidas e resolutividade para as demandas da sociedade, os Promotores de Justiça recorrem cada vez mais à mediação dos conflitos para evitar o ajuizamento de ações. Apesar dos avanços e da aproximação com a comunidade o Ministério Público maranhense continua pensando no futuro.

Por meio do Planejamento Estratégico Membros e servidores sentam à mesma mesa para fazer o alinhamento das ações, que é o primeiro passo para a construção do planejamento da instituição para os próximos cinco anos.

Promotor Vicente Martins em atendimento na Promotoria Itinerante

O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Desde o início de 2011, o Ministério Público do Estado do Maranhão vem trabalhando no seu planejamento estratégico para o período de 2012 a 2016, que tem como temática a busca por um Ministério Público mais resolutivo e mais próximo do cidadão. A primeira etapa do trabalho foi um evento realizado nos dias 3 e 4 de maio, que reuniu cerca de 400 servidores, promotores e procuradores de Justiça que, juntos, puderam discutir a realidade da instituição.

Utilizando a metodologia denominada Future Search, o evento foi denominado de Alinhamento Estratégico, pois as etapas seguintes do trabalho aconteceriam a partir das discussões e direcionamentos apontados nesse primeiro momento. A metodologia aplicada durante os dois dias contou com palestras, dinâmicas de grupo, troca de idéias e exposição de sugestões, levou os participantes a discutirem os pontos fortes, fracos, oportunidades e ameaças à instituição, além de projetar o Ministério Público que esperam para o futuro.

Procuradora-Geral Fátima Travassos discursando na solenidade de abertura do Planejamento Estratégico

Tudo o que foi discutido e o material resultante do evento foi analisado pela 3Gen Consultoria, empresa responsável por todo o processo de planejamento, assim como as propostas que surgiram na segunda etapa dos trabalhos, que consistiu na realização de audiências públicas e reuniões com os promotores de Justiça de todas as regiões do estado. Para isso, foram escolhidas como cidades-pólo Imperatriz, Pinheiro, Timon, Santa e Inês e São Luís, que se destacam em suas respectivas regiões.

INTERIORIZAÇÃO - A primeira audiência pública foi realizada na manhã do dia 1º de junho, em Imperatriz, com aproximadamente 100 participantes. Foram ouvidas 30 pessoas, de oito municípios, que apresentaram suas reclamações e sugestões, tanto em relação ao trabalho do Ministério Público quanto a outros serviços e direitos. Os temas foram bastante variados, indo da demora da Justiça no julgamento de processos à necessidade de inserção de História da África nos currículos escolares, passando pela necessidade de serviços básicos, como o saneamento básico.

Sempre depois das audiências públicas, a programação do planejamento estratégico continuava com uma reunião envolvendo os promotores de Justiça da região. Nesses encontros eram apresentados os resultados obtidos no alinhamento estratégico e busca das sugestões e projetos que pudessem embasar o trabalho final. As linhas de discussão, retiradas do evento inicial, foram orçamento, sistemas de informação, infraestrutura física, quadro funcional, clima organizacional, capacitação, segurança institucional, saneamento ambiental, probidade administrativa, atuação criminal, direitos do consumidor, infância e juventude, direitos de minorias, assistência social, atuação na saúde, atuação cível e educação.

Audiência Pública de Imperatriz

Audiências Públicas de Imperatriz e Pinheiro

Dessas discussões surgiram idéias importantes para o trabalho da instituição, como a existência de um sistema de informática e internet eficiente a propostas e projetos mais concretos, como a interiorização do programa de estágio e o fomento à criação de sistemas municipais de defesa do consumidor em todo o estado.

Apenas uma semana depois, em 7 de junho, o planejamento estratégico foi discutido em Pinheiro, cidade escolhida para sediar as discussões na região da Baixada Maranhense, que envolve 15 municípios (Viana, Bacuri, Bequimão, Cedral, Cururupu, Guimarães, Matinha, Mirinzal, Olinda Nova, Penalva, Santa Helena, São Bento, São João Batista, São Vicente Férrer e Turiaçu). Mais uma vez, o público presente foi de cerca de 100 pessoas.

Nessa audiência, a maioria das participações populares centrou-se em dois temas: a preservação do meio ambiente e a proteção às crianças e adolescentes. No que diz respeito ao segundo tema, foram apontadas preocupações com o aumento do tráfico de drogas na região e com a falta de estrutura dos conselhos tutelares nos municípios. Já a preocupação com o meio ambiente abordou desde a poluição sonora a questões como a criação de búfalos, pesca predatória, extração irregular de areia nos rios e o cercamento dos campos.

Também foi discutida a questão dos assentamentos quilombolas, focos de constantes conflitos agrários, que muitas vezes levam a crimes como homicídios. Das 700 comunidades remasnescentes de quilombos existentes no Maranhão, 670 estão na baixada.

Audiência Pública de Timon

Os temas discutidos com a população terminaram sendo retomados na reunião realizada com os promotores da região. Dali surgiram propostas importantes como a necessidade de uma atuação institucional que vise a defesa da infância como prioridade absoluta, atuando em diversas áreas como saúde, segurança pública e controle da evasão escolar. No que diz respeito à questão ambiental, os promotores de Justiça apontaram a necessidade de um maior aparelhamento do Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente (CAO-UMA), inclusive com a possibilidade de realização de perícias técnicas, o que agilizaria o trabalho das promotorias.

Depois de aproximadamente 500 km e apenas dois dias, toda a estrutura necessária para a realização das audiências e reuniões foi deslocada do oeste para o leste do Maranhão, chegando à região dos cocais. A terceira audiência pública foi realizada em Timon e, apesar da distância, vários problemas apontados pela população foram recorrentes, como a questão do tráfico de drogas e o seu consumo por crianças e adolescentes.

Como solução para a questão, a população apontou a necessidade de políticas públicas mais abrangentes, que garantam educação, esporte e lazer aos menores de 18 anos. Também surgiram propostas de criação de um Conselho Municipal de Segurança Pública e a solicitação de uma maior atuação do Ministério Público no controle externo da atividade policial.

Na reunião com os promotores de Justiça, foi retomada a discussão sobre formas de financiamento externo para os projetos do Ministério Público, tema que já havia surgido nos encontros anteriores. Também foi apontada a necessidade imediata de construção de um grande hospital regional em Timon, o que diminuiria consideravelmente a quantidade de doentes maranhenses que vão buscar tratamento médico em Teresina, no vizinho estado do Piauí.

No que diz respeito à educação, outras duas propostas foram feitas. Uma delas é a necessidade de fiscalização da merenda escolar oferecida nas escolas públicas da região e a segunda é um controle mais efetivo sobre as escolas comunitárias, muitas vezes utilizadas para a obtenção ilícita de votos, especialmente nas eleições municipais.

A última audiência pública no interior do estado aconteceu em Santa Inês, no dia 14 de junho, reunindo cerca de 120 pessoas de vários municípios. Mais uma vez, alguns temas foram recorrentes, como o aumento do uso de drogas, a prostituição infantil e as dificuldades de acessibilidade. Outros, no entanto, foram citados, representando peculiaridades da área, como a falta de segurança na zona rural e a pesca predatória nos rios da região.

Na segunda etapa dos trabalhos, 20 promotores de Justiça discutiram e fizeram propostas para a atuação do Ministério Público do Maranhão nos próximos cinco anos. Na questão do meio ambiente, foi retomada a necessidade de fortalecimento do CAO-UMA. Outra questão apontada foi a necessidade de um corpo técnico especializado no combate à improbidade administrativa.

Audiências Públicas de Santa Inês e São Luis

A quinta e última audiência pública foi realizada em São Luís, reunindo representantes de 27 municípios da região. Mais uma vez, o tópico mais abordado pelos participantes foi o da infância e juventude, para o qual foram apresentadas diversas propostas como a fiscalização de creches nos municípios, a busca pela obrigatoriedade da educação infantil nas escolas públicas e a criação de serviços especializados para o atendimento de crianças e adolescentes usuários de drogas. Também foi objeto de discussão pelo pelo Ministério Público os princípios que regem a Justiça Juvenil Restaurativa.

A audiência pública foi, mais uma vez, seguida de uma reunião com os promotores de Justiça da capital e de municípios vizinhos. Na ocasião foram discutidos problemas e apontadas sugestões e propostas em diversas áreas como infraestrutura e tecnologia, recursos humanos e financeiros da instituição.

PROJETOS – As discussões ocorridas nos diversos encontros realizados no estado foram analisadas e compiladas pela empresa responsável pelo projeto, resultando em 27 projetos a serem colocados em prática pelo Ministério Público do Estado do Maranhão durante os próximos cinco anos. Nesse conjunto há projetos de curto, médio e longo prazo de implantação, além de serem voltados tanto para a área fim da instituição, ou seja, a sociedade maranhense, quanto para o seu público interno, melhorando as condições de trabalho e garantindo maior eficiência.

Para garantir o sucesso do planejamento, além da elaboração de projetos, foram definidas metas e rotinas de trabalho. A partir de então, o trabalho passa aos gestores de cada área e projeto específicos, que trabalharão em sua efetivação.

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

‘‘Maranhão em Tela’’

EXPOSIÇÃO MARANHÃO EM TELA

Como parte da programação do Planejamento Estratégico 2012-2016, e com o objetivo de valorizar a cultura maranhense, o Ministério Público do Maranhão realizou a exposição “Maranhão em Tela”, no Hotel Luzeiros, durante o Alinhamento Estratégico.

As obras da exposição fazem parte do acervo particular do colecionador e ex-secretario estadual de Cultura, Eliézer Moreira Filho, apaixonado pela arte plástica, principalmente, a genuinamente maranhense, que retrata com originalidade traços da vida cotidiana, paisagens, folclore, os mirantes e todas as formas de representação da cultura do povo.

“Temos orgulho de poder contribuir com a divulgação da cultura maranhense e poder realizar esta exposição. Sabemos da dificuldade de apoio que os artistas plásticos têm na concretização dos seus projetos. Para nós, a valorização dessa arte é constante por meio do Espaço de Arte Márcia Sandes, criado para preencher uma lacuna e garantir visibilidade aos artistas do Estado”, afirmou a procuradora-geral de Justiça, Maria de Fátima Rodrigues Travassos Cordeiro, na abertura da exposição.

A exposição reuniu 15 telas, entre elas raridades de artistas maranhenses como: Péricles Rocha, Ambrósio Amorim, Jesus Santos, Rogério Martins, entre outros.

Exposição “Maranhão em Tela”, no centro Eduardo Nicolau, Eliezer Moreira e Fátima Travassos

A TRAJETÓRIA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Procuradora-Geral de Justiça Fátima Travassos ao lado do ex-Procurador-Geral de Goias Eduardo Abdon Moura

O Ministério Público do Estado do Maranhão apresenta à sociedade o seu planejamento estratégico, construído a partir de um movimento participativo que envolveu seus membros e servidores, instando-os a pensar e priorizar diretrizes e ações que permitissem à instituição protagonizar um salto de qualidade na prestação dos seus serviços e, assim, alcançar sua visão de futuro: "Ser reconhecido como Ministério Público resolutivo e mais próximo do cidadão".

A busca por métodos e práticas de gestão, portanto, está intrinsecamente associada à preocupação do Ministério Público em estar próximo do cidadão, orientando sua atuação para as questões de maior relevância social, sempre observando sua missão e princípios constitucionais.

Como peça fundamental de orientação do Ministério Público maranhense rumo à sua visão de futuro, foi elaborado o Mapa Estratégico da instituição, que constitui o elemento central do modelo de gestão estratégica adotado, o qual será apresentado ao longo desta publicação.

Neste Mapa, constam os principais objetivos a serem superados nos próximos anos pela instituição, que vão desde questões

internas, que constituem a base para que possa desenvolver suas atividades com excelência, como o desenvolvimento de seus membros e servidores e a disponibilização de sistemas de informação, até questões que tratam das áreas finalísticas do Ministério Público, como a efetivação de políticas públicas e combate ao crime organização.

Você, leitor, está convidado agora a embarcar nessa leitura que o conduzirá pela trajetória do planejamento estratégico do Ministério Público do Estado do Maranhão e que findará com a apresentação dos principais elementos originados, a partir desse planejamento.

Promotora Núbia Zeile

Metodologia aplicada

Promotor de Justiça Pedro Lino discute o Alinhamento Estratégico

O planejamento estratégico do Ministério Público maranhense foi construído a partir da metodologia do Balanced Scorecard (BSC), criada pelos professores e consultores norte-americanos Robert S. Kaplan e David P. Norton no início da década de 90 e que hoje constitui um modelo de gestão que auxilia as organizações na avaliação do progresso da execução de suas estratégias.

O BSC é composto por cinco elementos principais que traduzem a estratégia e dão corpo ao modelo de gestão estratégica: Mapa Estratégico, Objetivos, Indicadores, Metas e Projetos.

O Mapa Estratégico é considerado o principal elemento desse modelo de gestão estratégica com uso do BSC, pois consegue comunicar de forma bastante clara qual é a estratégia da organização. Isso é possível, pois, no Mapa, a estratégia é traduzida em objetivos que tornam mais tangíveis os desafios a serem superados a longo prazo. Isso faz com que funcionários de todos os níveis hierárquicos possam compreender para onde a organização está rumando e em quais atividades eles devem enfocar seus esforços de modo a contribuir com o alcance da sua visão de futuro.

Para mensurar o alcance desses objetivos estratégicos, são selecionados alguns indicadores de desempenho. Esses indicadores reduzem a incerteza da organização em relação ao seu desempenho estratégico e permitem a realização de correções de rota, sempre que esta necessidade for identificada.

Cada indicador selecionado, em seguida, deve receber metas. Ou seja, a organização deve estabelecer o nível de performance desejada em um determinado prazo para o indicador. Pode-se dizer que a meta é a tradução do objetivo estratégico em números e prazos.

Por fim, para garantir que as metas definidas sejam devidamente alcançadas, deve-se planejar os chamados projetos estratégicos, iniciativas que permitirão à organização alterar seu status quo com vistas à execução da estratégia definida.

A seguir, o processo de elaboração de cada um desses elementos no Ministério Público do Estado do Maranhão será revisitado.

ETAPAS DE IMPLANTAÇÃO

Planejamento do programa

O projeto de implementação do modelo de gestão do Ministério Público do Estado do Maranhão foi composto de cinco etapas (ver Figura 1) planejadas para ocorrerem em 18 semanas, com início em abril de 2011.

Para conduzir o projeto e garantir a transferência de conhecimento acerca de metodologia para a equipe interna de Planejamento, o Ministério Público contou com a empresa especialista no tema, a 3GEN Gestão Estratégica.

Figura 01 - Etapas do projeto de implementação do modelo de gestão do Ministério Público

Fonte: 3GEN Gestão Estratégica

No Planejamento detalhado do projeto, contemplou-se o planejamento de escopo, prazo, recursos físicos e humanos, incluindo a definição de papéis e responsabilidades da Administração Superior e da equipe de Planejamento ao longo do projeto.

Nesta etapa, foram realizadas as entrevistas com os integrantes da Administração Superior, Procurador-Geral de Justiça, Sub-Procuradores, Corregedor e Ouvidor, a fim de capturar quais eram, na opinião dos entrevistados, os grandes desafios e oportunidades para a instituição a longo prazo.

Diagnóstico e Alinhamento Estratégico

A etapa de Diagnóstico e Alinhamento Estratégico teve como principais objetivos entender quais eram as prioridades de atuação do Ministério Público do Estado do Maranhão na visão de membros e servidores, bem como realizar análises dos contextos interno e externo à instituição, bem como compreender a estratégia atual da instituição. Somados, os insumos desta etapa resultaram em um diagnóstico estratégico da instituição, que subsidiou a etapa que será exposta a seguir.

O principal evento desta etapa foi o Workshop de Alinhamento Estratégico, realizado nos dias 3 e 4 de maio de 2011, que contou com mais de 400 participantes, entre eles, servidores, Promotores e Procuradores de Justiça.

O objetivo desta reunião de trabalho foi realizar um resgate da história da instituição, analisar o seu presente e projetar o futuro desejado por todos os participantes. Para tanto, foi criado um ambiente colaborativo, no qual o diálogo e a criatividade foram constantes ao longo da reunião.

Na oportunidade, o Procurador-Geral de Justiça de Goiás, entre 2007 e 2011, o promotor de Justiça Eduardo Abdon Moura, relatou a sua experiência na implantação da gestão estratégica no Ministério Público goiano, no período em que esteve à frente da instituição.

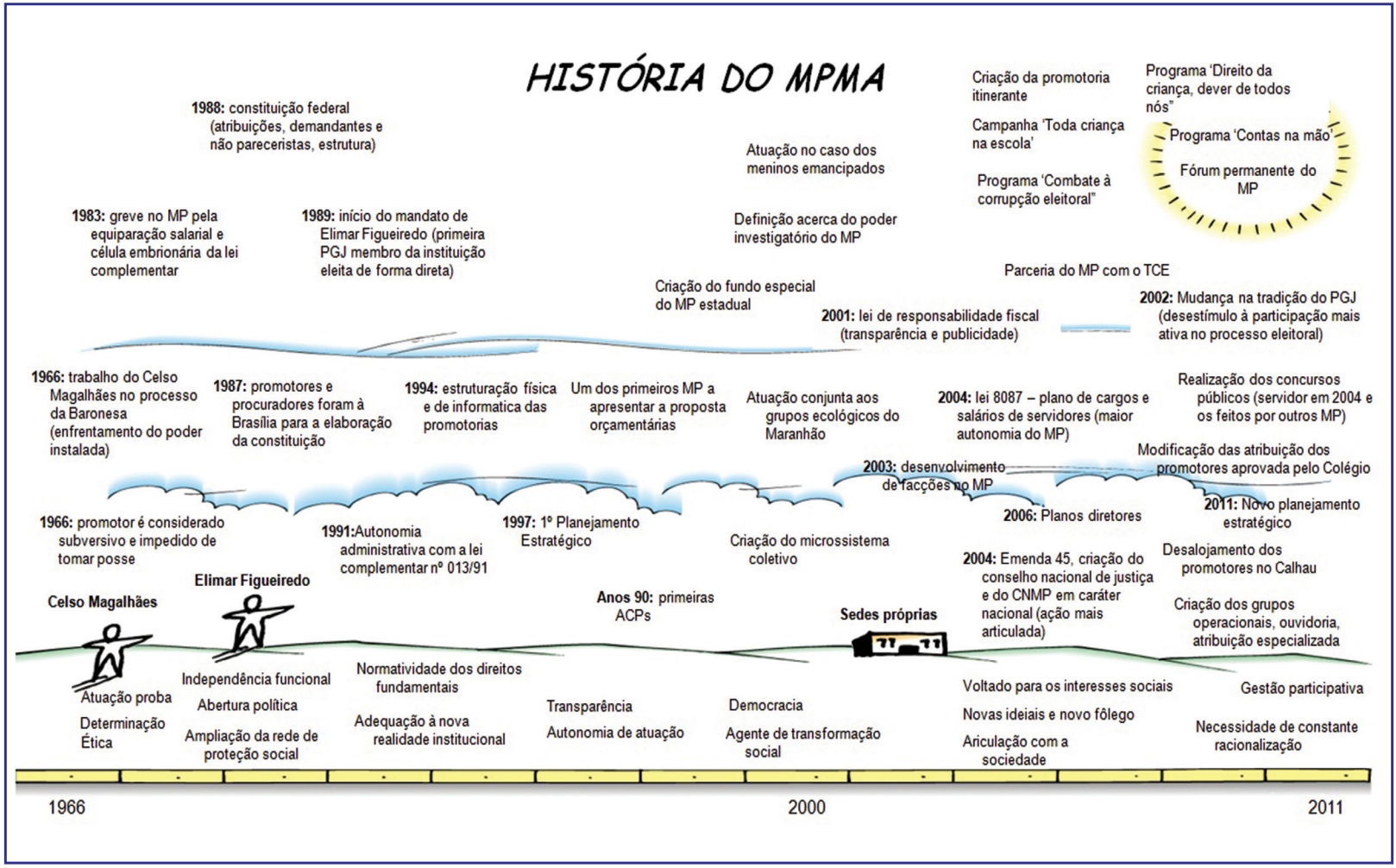
A seguir, serão apresentadas as dinâmicas utilizadas no Workshop de Alinhamento Estratégico:

Resgatando o passado

Durante a dinâmica de Resgate do Passado do Ministério Público do Estado do Maranhão, os participantes indicaram os principais fatos e marcos da história da instituição, destacando os valores consolidados ao longo dessa trajetória.

A figura a seguir representa o sumário do resgate da história do Ministério Público maranhense produzido no evento:

Figura 2 - Resgate da história do Ministério Público do Estado do Maranhão



Fonte: 3GEN Gestão Estratégica

Analisando o presente

Com o foco no presente, os participantes realizaram uma análise de ambiente, destacando os pontos fortes, fracos, oportunidades e ameaças impostas à instituição.

Análise ambiental do Ministério Público do Estado do Maranhão

Promotores de Justiça durante Explanação

Projetando o futuro

Nas dinâmicas relativas ao futuro, os participantes foram desafiados a pensar na instituição que eles gostariam de encontrar em 2016 e articularam as diretrizes estratégicas e ações necessárias para fazer dessa projeção uma realidade.

Reuniões setoriais do Alinhamento Estratégico

Elaboração do Plano Estratégico e Construção do BSC

Com base nos produtos gerados nas fases de Planejamento do Programa e Diagnóstico e Alinhamento Estratégico, foi elaborado o Plano Estratégico da instituição, no qual constam seus principais objetivos de longo prazo, indicadores, metas e projetos.

Mapa Estratégico

A partir dos insumos obtidos no evento de Alinhamento Estratégico e nas entrevistas com as principais lideranças da instituição, teve início a construção do Mapa Estratégico, uma forma gráfica de representar a estratégia da instituição. Composto por 22 objetivos estratégicos de diferentes naturezas, o Mapa foi amplamente discutido com membros e servidores especialistas em determinados temas para que se fizessem todos os ajustes necessários e se chegasse a uma versão final.

A validação do Mapa Estratégico ocorreu em 24 de maio de 2011 na sala de reuniões dos órgãos colegiados, evento este que contou com a participação da Administração Superior e equipe de Planejamento.

Reuniões setoriais do Alinhamento Estratégico

Reuniões setoriais do Alinhamento Estratégico

Indicadores e Metas

A partir da validação do Mapa Estratégico, a equipe de Planejamento, bem como os membros e servidores responsáveis diretamente envolvidos com o projeto, se debruçaram na tarefa de definir os indicadores de desempenho para cada um dos objetivos estratégicos da instituição. Ao total, foram definidos e detalhados 30 indicadores.

O desafio, então, foi definir metas para cada um dos indicadores selecionados. Ou seja, a pergunta a qual se deveria responder era: qual o nível de performance desejado para cada um dos indicadores em um prazo de cinco anos?

Promotores e Servidores durante o Alinhamento Estratégico

Com a participação da Administração Superior e da equipe de Planejamento, foi realizada no dia 20 de junho de 2011, na sala da Procuradora-Geral de Justiça, a reunião de validação de Indicadores.

Projetos

A última etapa de construção do Planejamento Estratégico foi a elaboração e validação de projetos estratégicos, iniciativas que permitirão ao Ministério Público do Estado do Maranhão alcançar as metas definidas para os próximos cinco anos.

Ao todo, foram compostos 27 projetos estratégicos, que foram validados em uma reunião no dia 25 de julho de 2011, na sala de reuniões dos órgãos colegiados, na Procuradoria Geral de Justiça, da qual participaram os integrantes da Administração Superior, equipe de Planejamento, representantes das Coordenadorias de Apoio Operacional e responsáveis pela construção dos projetos estratégicos.

Reunião de validação de Projetos

Consolidação do plano estratégico

Com o objetivo de validar os elementos do planejamento estratégico a partir da ótica da sociedade e aproximar o cidadão ao Ministério Público do Estado Maranhão, foram realizadas audiências públicas nos municípios de Imperatriz, Pinheiro, Timon, Santa Inês e São Luís.

Contribuindo com críticas, sugestões, elogios ao trabalho do Ministério Público, bem como denúncias de desrespeito aos diretos sociais, participaram dessas audiências cidadãos desses municípios e de municípios vizinhos, representantes de movimentos sociais, associações, órgãos públicos e conselhos.

Na mesma oportunidade em que foram realizadas as audiências, a equipe de Planejamento e a Administração Superior

aproveitaram para realizar reuniões de validação do planejamento estratégico junto com Promotores e Procuradores de Justiça que atuam naquelas comarcas ou em municípios próximos.

Além de permitir que os membros que atuam no interior pudessem interagir e, mais do que isso, intervir em objetivos, indicadores, metas e projetos planejados, essas reuniões permitiram também uma revisão do planejamento à luz das manifestações recebidas nas audiências públicas.

Construção do Modelo de Gestão Estratégica

Ao final da fase de consolidação do plano estratégico, foi elaborado o modelo de gestão estratégica do Ministério Público do Estado do Maranhão. É esse modelo, somado à disciplina de gestão, que garantirá que a estratégia da instituição seja sistematicamente gerenciada com vistas à sua implementação e, se necessário, seja revisada para a melhor consecução da visão de futuro.

MAPA ESTRATÉGICO
PROJETOS

O Mapa Estratégico do Ministério Público do Estado do Maranhão está estruturado em quatro perspectivas ou dimensões de análise da estratégia. São elas:

- Impacto social: perspectiva na qual está o objetivo norteador da instituição. Em resumo, todos os esforços realizados pelo Ministério Público devem se refletir nesta perspectiva.

- Processos: concentra os objetivos das áreas finalísticas do Ministério Público, distribuídos pelos seguintes temas: cível, consumidor, saúde, educação, direitos humanos, infância e juventude, meio ambiente, probidade e criminal.

- Institucional: traz os objetivos que tratam da eficiência e eficácia da instituição.

- Recursos Humanos, Físicos e Financeiros: esta perspectiva contém os objetivos que se relacionam com as necessidades da instituição em desenvolver pessoas, infraestrutura, tecnologia e recursos.

A seguir, apresenta-se o Mapa Estratégico do Ministério Público maranhense 2011-2016:

Figura 3 - Mapa Estratégico do Ministério Público (2012-2016)

Fonte: 3GEN Gestão Estratégica

A esses 27 objetivos do Mapa Estratégico estão associados um conjunto de indicadores e outro de projetos estratégicos. A seguir, você conhecerá todos esses objetivos, indicadores e projetos em detalhes.

RECURSOS

Garantir captação e gestão de recursos orçamentários e extraorçamentários;

Desenvolver ações voltadas à captação e gestão de recursos financeiros orçamentários e extraorçamentários, para viabilizar o custeio da Instituição e a execução dos projetos estratégicos.

INDICADOR	DESCRIÇÃO	FÓRMULA
GESTÃO DOS RECURSOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	Demonstrar o recurso extra-orçamentário captado e realizado para o devido fim.	(Recurso extra-orçamentário realizado para o mapa/ recurso extra-orçamentário previsto no mapa) x 100
DESEMPENHO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA ESTRATÉGICA	Controlar o orçamento previsto e o realizado no período estimado para as ações do mapa, principalmente aqueles objetivos que beneficiam toda a organização.	(Orçamento realizado para o mapa/ orçamento previsto no mapa) x 100

PROJETO	DESCRIÇÃO
RECURSOS JÁ!	Compor uma equipe técnica a fim de criar uma rotina de captação de recursos de fontes diversas à do duodécimo, através da realização de convênios, parcerias, ou outros meios que possibilitem o repasse de recursos, sejam financeiros ou de bens, visando à concretização dos projetos estratégicos da Instituição, nas suas diversas áreas de atuação ou mesmo da área-meio.

INFRAESTRUTURA E TECNOLOGIA

Garantir Sistemas de informações e base de dados que suportem a atuação do Ministério Público;

Implantar sistemas e banco de dados que atendam às necessidades do Ministério Público com foco na segurança da informação, comunicação de dados e inovação tecnológica, de forma a permitir o acesso às informações entre as diversas áreas de atuação.

INDICADOR	DESCRIÇÃO	FÓRMULA
SISTEMA ÚNICO E INTEGRADO	Garantir sistema único ou integrado tanto da área meio quanto da área fim. Garantindo que as pessoas tenham acesso às informações necessárias para sua atividade.	(número de sistemas integrados/ número de sistemas total) x 100
INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA	Garantir infraestrutura tecnológica, desde infraestrutura de rede até parque de equipamentos, que dêem suporte aos sistemas integrados.	(total de equipamentos modernizados/total de equipamentos existentes) x 100

PROJETO	DESCRIÇÃO
PROJETO DE MANUTENÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO CPD	O projeto visa a manutenção e o upgrade dos equipamentos servidores do CPD do MPMA e também a compra de um Storage para atender a previsão de demandas de serviços e de espaço de disco, em virtude da conclusão de outros projetos, como o Sistema de Gestão de Autos – Arquimedes, e garantir sua maior disponibilidade.
PROJETO DE MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DE REDE E INTERNET	O projeto visa a desvinculação da infraestrutura de rede do MPMA da infraestrutura de rede do Governo do Estado - UNIREMA, com a implantação de infraestrutura própria e melhoria da tecnologia e links utilizados, e, ainda, a adequação da infraestrutura de rede dos prédios do MPMA, eliminando diversos problemas de conectividade e segurança da informação.

PROJETO	DESCRIÇÃO
PROJETO DE INTEGRAÇÃO DE SISTEMAS - ARQUIMEDES	O projeto visa a implantação do Sistema de Gerenciamento de Autos - Arquimedes, no âmbito do Ministério Público do Maranhão, e integração deste com o Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão.

Assegurar infraestrutura física adequada

Assegurar a disponibilidade de sedes próprias ou locadas que apresentem as condições físicas necessárias para realização das atividades do Ministério Público. Padronizar fisicamente a estrutura das promotorias.

INDICADOR	DESCRIÇÃO	FÓRMULA
ADEQUAÇÃO DA INFRAESTRUTURA FÍSICA	Número de promotorias e unidades administrativas dotadas de instalações físicas, equipamentos, móveis e materiais de expediente considerados adequados*, garantindo a integração física quando necessário. *Adequados refere-se a mobiliário, equipamentos, instalações físicas e materiais em condições que atendam as questões de acessibilidade e normas da ABNT.	(Somatório de promotorias adequadas / total promotorias) x 100

PROJETO	DESCRIÇÃO
ACESSIBILIDADE JÁ!	Acessibilidade é o termo usado para indicar a possibilidade de qualquer pessoa usufruir de todos os benefícios da vida em sociedade. Segundo o Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, acessibilidade está relacionada ao fornecimento de condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.

PROJETO	DESCRIÇÃO
ACESSIBILIDADE JÁ!	No mesmo documento, barreiras são definidas como qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento, a circulação com segurança e a possibilidade de as pessoas se comunicarem ou terem acesso à informação. Na engenharia, arquitetura e urbanismo, a acessibilidade tem sido uma preocupação constante nas últimas décadas. Atualmente estão em andamento obras e serviços de adequação dos espaços urbanos e dos edifícios às necessidades de inclusão de toda população. Visando atender às normas de acessibilidade plena (NB-9050/2004), o presente projeto almeja a manutenção da funcionalidade e adequação das promotorias com sede própria nos municípios do Maranhão.
PROMOTORIA MODELO	O projeto tem por objetivo a padronização das promotorias de justiça do Maranhão contemplando tanto as edificações quanto os processos e rotinas ali praticados.

PESSOAS

Ampliar e adequar quadro funcional de acordo com a efetiva necessidade do Ministério Público;

Criar novas vagas e promover concursos públicos para o provimento dos cargos de membros e servidores, visando atender às reais necessidades do Ministério Público.

INDICADOR	DESCRIÇÃO	FÓRMULA
PESSOAS ADEQUADAS PARA O VOLUME DE TRABALHO	Após levantamento sobre os cargos e carga de trabalho, o MP deverá readequar as pessoas e confirmar os cargos hoje já estabelecidos.	(número de pessoas confirmadas e/ou adequadas para a carga de trabalho necessária/ total de funcionários) x 100

INDICADOR	DESCRIÇÃO	FÓRMULA
PREENCHIMENTO DE VAGAS	Verificar o percentual de preenchimento das vagas criadas para as respectivas categorias funcionais	(número efetivo de preenchimento / número de vagas) x 100

PROJETO	DESCRIÇÃO
PCCS - PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E SALÁRIOS	O presente projeto tem por objetivo criar comitê de servidores e membros para, em conjunto, reavisar o Plano de cargos, carreiras e salários dos servidores do Ministério Público do Maranhão, visando a criação de novas vagas e valorização do servidor, estabelecendo uma justa recompensa às reais perspectivas de desenvolvimento profissional, e ainda, melhor instrução à Administração Superior nas decisões de assuntos relacionados aos servidores da Instituição.

Garantir clima organizacional favorável;

Construir um ambiente de trabalho que promova a inovação, qualidade de vida e a integração entre servidores e membros. Implementar as melhores práticas e políticas de gestão de pessoas, no que se refere a plano de carreira, cargos e salários, promovendo tratamento igualitário a todos os servidores e membros.

INDICADOR	DESCRIÇÃO	FÓRMULA
NÚMERO DE AÇÕES INTERNAS VOLTADAS PARA A MELHORIA DO CLIMA ORGANIZACIONAL	Mede a quantidade de ações/iniciativas realizadas na busca da melhoria do clima organizacional	Número de ações realizadas efetivas

PROJETO	DESCRIÇÃO
PROJETO INTEGRAÇÃO	Com o objetivo de fortalecer a instituição por meio da interação entre Membros e Servidores, o projeto traça um panorama institucional a partir das opiniões destes. Dos dados gerados, será diagnosticado se a interação está ligada às políticas de trabalho, linhas de atuação do MP, e/ou possibilidade de troca de experiências, receptividade de idéias (dos servidores) e desejo de "ser ouvido".

Capacitar continuamente membros e servidores;

Garantir a capacitação contínua dos membros e servidores promovendo o aperfeiçoamento em suas áreas de atuação. Incentivar a cultura do aperfeiçoamento profissional.

INDICADOR	DESCRIÇÃO	FÓRMULA
HORAS DE APERFEIÇOAMENTO	Mensura o esforço da instituição em média/hora de aperfeiçoamento por colaborador	(Quantidade de integrantes no evento de aperfeiçoamento x Duração do evento) / total integrantes da instituição) x 100

PROJETO	DESCRIÇÃO
CALENDÁRIO ANUAL	Elaborar um calendário anual único, disponibilizado on-line e impresso, do cronograma de cursos realizados pela Escola Superior do Ministério Público.

INSTITUCIONAL

Padronizar rotinas e procedimentos;

Realizar o redesenho de rotinas e procedimentos, utilizando um sistema de informação consistente, visando a otimização e padronização do seu fluxo.

INDICADOR	DESCRIÇÃO	FÓRMULA
PROCESSOS PADRONIZADOS E NORMATIZADOS	Para este indicador é necessário, antes, fazer um levantamento de todos os processos passiveis de padronização e normatização.	(Número de processos já padronizados e normatizados/ Total de processos passíveis de padronização e normatização) x 100

PROJETO	DESCRIÇÃO
PPO- PADRONIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS ORGANIZACIONAIS	O projeto de padronização e implementação de rotinas e procedimentos tem como objetivo otimizar o fluxo de rotinas, buscando maior produtividade e efetividade. Para isso, se faz necessário a realização de mapeamento e redesenho de processos internos, alinhando a estrutura organizacional às necessidades do MPMA.

Fortalecer a imagem do MP intensificando ações de divulgação externa;

Esclarecer o papel do Ministério Público para a sociedade por meio da mídia, fortalecendo sua imagem.

INDICADOR	DESCRIÇÃO	FÓRMULA
APARIÇÕES POSITIVAS* NA MÍDIA E EXPOSIÇÕES PRESENCIAIS ***Aparições positivas na mídia são todos as ações bem sucedidas desenvolvidas pela Instituição registradas pela imprensa.**	Cômputos das aparições positivas na mídia televisiva, impressa e falada, podendo ser induzida ou espontânea. Serão computadas também as exposições presenciais como: palestras, eventos, workshops com a participação do MP.	Número de aparições positivas na mídia e exposições presenciais

PROJETO	DESCRIÇÃO
ESTAÇÃO MINISTÉRIO PÚBLICO	O Projeto Estação Ministério Público tem como objetivo consolidar a política de implantação de veículos próprios de comunicação da Instituição, ou seja, de um programa de televisão a ser exibido em canais abertos e fechados, e a viabilização de uma emissora de rádio AM a ser instalada na sede da Procuradoria Geral de Justiça ao longo dos próximos cinco anos. Contempla também a elaboração de peças publicitárias para divulgação em todas as mídias (rádio, tv e mídia impressa).

Ampliar parcerias estratégicas;

Buscar parcerias estratégicas que contribuam para o alcance dos objetivos estratégicos.

INDICADOR	DESCRIÇÃO	FÓRMULA
PARCERIAS REALIZADAS	Mensura a quantidade de parcerias realizadas pelo Ministério Público em prol dos objetivos estratégicos	Número total de parcerias que alcançaram as metas estabelecidas

Garantir Segurança Institucional;

Proporcionar condições de segurança para que os integrantes do Ministério Público exerçam suas atividades, sem com isso inibir o acesso da população.

INDICADOR	DESCRIÇÃO	FÓRMULA
ADEQUAÇÃO EM SEGURANÇA (SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO, DOS PROCESSOS INTERNOS, DO PATRIMÔNIO E DAS PESSOAS)	Mensura o grau de adequação* da segurança institucional, sob o prisma de estrutura e ações realizadas em todo o Estado do Maranhão. *As adequações envolvem segurança das instalações físicas, de tecnologia de informações, de pessoal, da documentação e do material, contra acidentes, nas comunicações.	(total de ações adequadas em segurança realizadas/total de ações necessárias)*100

PROJETO	DESCRIÇÃO
PROJETO DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO	O projeto visa à melhorar a segurança da informação, assegurando sigilo (confidencialidade) das informações armazenadas, processadas ou transmitidas eletronicamente; a integridade da informação e dos procedimentos relacionados; e a disponibilidade da informação, sistemas e serviços.
MINISTÉRIO PÚBLICO SEGURO	O projeto visa criar um núcleo de Segurança Institucional dentro do Ministério Público Maranhense a fim de estabelecer princípios diretores na Instituição que visem à prevenção e à obstrução de ações adversas de qualquer natureza contra pessoal, áreas, instalações, documentos, materiais e sistemas de informações.

PROCESSOS

Racionalizar a atuação do MP na área Cível, rebalanceando a distribuição da carga de trabalho

Analisar criteriosamente as múltiplas atribuições do Ministério Público do Estado do Maranhão na área Cível e Fazendária, racionalizando e melhor distribuindo as atividades nas Promotorias.

Garantir a proteção jurídica do cidadão nas relações de consumo;

Fortalecer a atuação na defesa do consumidor priorizando a orientação da sociedade acerca dos seus direitos.

INDICADOR	DESCRIÇÃO	FÓRMULA
EVOLUÇÃO DA REDE DE PROTEÇÃO DO CONSUMIDOR	Número de intervenções do MP que garantam ampliação e aperfeiçoamento da rede de proteção ao consumidor, notadamente nas prioridades identificadas pela Promotoria: Instalação de uma Delegacia de Polícia Especializada nas Relações de Consumo; Criação de Juizados Especiais para tratar das relações de consumo exclusivo; Criação de uma Vara Cível para processos cíveis coletivos com uma equipe especializada para atuar; Instalação de um PROCON no âmbito do MP para atuação com foco administrativo no cumprimento do CDC; Realização de Campanhas e Eventos na temática consumidor.	(Somatório dos sistemas de defesa do consumidor criados a partir da intervenção do MP / total de órgãos existentes) x 100

PROJETO	DESCRIÇÃO
SOS CONSUMIDOR	A sociedade maranhense a cada dia necessita mais das garantias nas relações de consumo. Diante disso, o presente projeto objetiva assegurar a efetiva proteção ao consumidor como previsto na CF 88, artigo 5, XXXII, e no CDC artigo 6º, VI, fomentando a criação dos sistemas de defesa do consumidor e seu efetivo funcionamento.

Implementar e efetivar as políticas de saúde;

Atuar promovendo interlocução com os Conselhos de saúde, comissões inter-gestores bipartite e tripartite, segmentos em organizações das sociedades civis e gestores de Saúde no âmbito Municipal, Estadual e Federal de forma a desenvolver e implementar as políticas de saúde (ações de serviço de saúde), seja judicialmente ou extrajudicialmente.

INDICADOR	DESCRIÇÃO	FÓRMULA
INTERVENÇÕES JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS - GARANTIA DO DIREITO À SAÚDE	Número de intervenções judiciais e extrajudiciais do MP para promover as ações e serviços de saúde de maneira a garantir o direito à saúde.	(Somatório de intervenções judiciais e extrajudiciais exitosas/total de intervenções) x 100

PROJETO	DESCRIÇÃO
PRÓ-VIDA!	Uma das funções institucionais do Ministério Público consiste em zelar pelo efetivo respeito dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, em especial, relativos à saúde (art. 197, da CF/88), promovendo todas as medidas necessárias a sua garantia (art. 129, inciso II, da CF/88). Ademais, segundo o art. 196, a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal igualitário às ações e serviços para a sua promoção, proteção e recuperação.``

PROJETO	DESCRIÇÃO
PRÓ-VIDA!	Diante disso, o presente projeto visa a realização de audiências públicas nas macro e micro regiões do Estado, estabelecendo polos estratégicos, a fim de diagnosticar o perfil epidemiológico e sanitário para adoção das políticas públicas de saúde necessárias para o município e/ou regiões.

Exigir o cumprimento do direito à educação;

Exigir o cumprimento do direito à educação de qualidade em todos os níveis, considerando acesso e permanência com sucesso, combatendo a evasão escolar.

INDICADOR	DESCRIÇÃO	FÓRMULA
AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO	Mede a quantidade de ficalizações das políticas públicas na área da educação, através de medidas judicializadas ou não (ações civis públicas, ações penais, inquéritos civis, procedimentos preparatórios, recomendações e TACs)	(Somatório de ações exitosas a partir da intervenção do MP / total de fiscalizações realizadas) x 100
FISCALIZAÇÃO DE VAGAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	Cômputo da ampliação de vagas da educação infantil criadas a partir da intervenção do MP.	(Somatório de vagas da educação infantil criadas a partir da intervenção do MP/ total de vagas criadas no ano) x 100

PROJETO	DESCRIÇÃO
EDUCAÇÃO BÁSICA: UMA PRIORIDADE DO MUNICÍPIO	A educação é mola propulsora do desenvolvimento, um dos pilares da cidadania. Nenhum indivíduo, nenhuma sociedade podem aspirar ao progresso sem os benefícios da educação. Neste sentido, o projeto pretende fomentar a gestação de redes que possam garantir o direito à educação inclusiva e de qualidade para crianças e adolescentes, a partir da ação articulada em redes institucionais de âmbito territorial e municipal, esperando poder contribuir para a melhoria dos indicadores educacionais e da efetividade social dos conselhos municipais de políticas públicas, o fortalecimento e a capacitação dos gestores bem como a identificação e divulgação de experiências educacionais bem sucedidas.

Combater a violência doméstica;

Assegurar a efetividade da Lei Maria da Penha (Lei 11.340, de 07/08/06), bem como todas as medidas de combate à violência no âmbito familiar.

INDICADOR	DESCRIÇÃO	FÓRMULA
AÇÕES DE COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	Consideram-se ações de combate: proposição de ações penais, ICP's, procedimentos preparatórios, recomendações, ações civis, ajuizamento de medidas protetivas e registros de atendimentos encaminhados.	(ações penais+ ICP+ procedimentos preparatórios+ recomendações+ ações civis+ ajuizamento de medidas protetivas+número de registros de atendimento encaminhados) / nº de ocorrências

PROJETO	DESCRIÇÃO
PROJETO DE FORTALECIMENTO DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA COM ATRIBUIÇÕES PARA O COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER	Diante dos elevados números da violência doméstica e familiar contra a mulher, é certo que as promotorias com atuação específica na matéria necessitam de investimentos que propiciem condições mais profissionais de trabalho. O presente projeto se faz necessário para a melhoria na qualidade da prova produzida para as ações penais, bem como para a atividade fiscalizatória dos estabelecimentos públicos e privados que atendam às mulheres-vítimas, com a aquisição de aparato tecnológico adequado a tal finalidade; a sensibilização da sociedade por meio de desenvolvimento de banco de dados próprio da violência doméstica e familiar contra a mulher, capaz de identificar o perfil completo das vítimas e agressores, compondo estatísticas que podem se transformar em ações concretas do Ministério Público na transformação social, atendendo inclusive a disposição expressa do artigo 26, III, da Lei Maria da Penha, quanto à obrigatoriedade da elaboração do cadastro de casos pelo Parquet; a sensibilização dos demais membros do Ministério Público do Estado e seus servidores para esforço de uniformização na aplicação da Lei Maria da Penha, por meio de evento jurídico específico.

Garantir a Política de Assistência Social;

Atuar na exigência de implementação dos Centros de Referência e Conselhos de Assistência Social.

INDICADOR	DESCRIÇÃO	FÓRMULA
CENTROS DE REFERÊNCIA E CONSELHOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL INSTITUCIONALIZADO	Mede a quantidade de Centros de referência e conselhos de assistência social institucionalizados após a intervenção do MP.	(Somatório de centros de referências e conselhos de assistência social criados a partir da intervenção do MP/total de órgão existentes) x 100.

PROJETO	DESCRIÇÃO
IMPLEMENTAÇÃO DOS CENTROS DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	Tendo em vista o Projeto de Lei que dispõe sobre a organização da assistência social e institui legalmente o Sistema Único de Assistência Social (Suas), o presente projeto tem como objetivo fomentar a implementação e fiscalização dos Centros de Referência e Conselhos de Assistência Social nos municípios maranhenses, a fim de garantir o direito a serviços socioassistenciais e proteção a famílias e indivíduos em situação de risco e vulnerabilidade e dar continuidade aos benefícios oferecidos.

Garantir os direitos das minorias;

Atuar na identificação e assistência às pessoas com deficiência física e mental, idosos, bem como enfocar a questão da diversidade sexual.

INDICADOR	DESCRIÇÃO	FÓRMULA
INTERVENÇÕES EXITOSAS DE GARANTIA DE PLENA INTEGRAÇÃO SOCIAL A PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA	Número de intervenções exitosas de garantia de plena integração social à pessoa portadora de deficiência.	Somatório das intervenções do MP exitosas / número de denúncias.

PROJETO	DESCRIÇÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO: IMPLEMENTAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA REDE DE PROTEÇÃO À PESSOA IDOSA	O projeto tem por objetivo cobrar dos Poderes Públicos a Implementação de todos os serviços considerados essenciais à garantia do direito da pessoa idosa de acordo com suas demandas específicas, tendo em vista especialmente o disposto nas leis, nos diplomas legais, lei da política nacional do idoso (8.842/94), estatuto do idoso (10.741/93), regulamento da política nacional do idoso (1.948/06) e política estadual do idoso (8.368/06).

PROJETO	DESCRIÇÃO
CRIAÇÃO DO PLANO ESTADUAL QUILOMBOLA	A situação histórica de exclusão social vivenciada pelas comunidades quilombolas do Estado do Maranhão enseja a criação de um Grupo de Trabalho Estadual com o objetivo de elaborar e implementar Plano de Ação em benefício dessas comunidades. O acompanhamento é estratégico para que o planejamento se efetive em ações concretas. Deve contemplar um diagnóstico da situação hoje existente e estabelecer as ações a serem desenvolvidas pelos órgãos públicos estaduais e federais responsáveis pelo atendimento aos problemas enfrentados pelas comunidades.
IGUALDADE PARA TODOS	Diversidade Sexual é o termo usado para designar as várias formas de expressão da sexualidade humana. O projeto visa à contribuir para o processo de legitimação de diretrizes de políticas públicas que garantam direitos para a população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBTT), por meio da participação em palestras, cursos, workshops, treinamentos entre outros métodos de disseminação da informação.

Atuar na proteção da criança e adolescente;

Atuar na exigência do efetivo funcionamento dos conselhos tutelares, conselhos de direito de fundos especiais, bem como fiscalizar e assegurar a prioridade absoluta na dotação e execução de recursos orçamentários destinados à criança e adolescente, especialmente no Combate à violência, dependência química e medidas socioeducativas (municipalização das medidas em meio aberto).

INDICADOR	DESCRIÇÃO	FÓRMULA
MUNICÍPIOS COM REDE DE PROTEÇÃO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	Cômputo dos municípios capazes de assegurar a rede de proteção a direitos de crianças e adolescentes, garantindo políticas e programas eficazes de execução de medidas socioeducativas em meio aberto para a criança e o adolescente;	(∑ de Municípios que asseguram a rede de proteção após a intervenção do MP / Número total de municípios Maranhenses) x 100
COMPATIBILIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS CONSTITUCIONAIS NA ÁREA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	Cômputo das intervenções do MP (judiciais e extrajudiciais), objetivando que os poderes públicos compatibilizem suas propostas orçamentárias ou sua execução com as exigências da implementação e efetivação das políticas constitucionais na área da infância e juventude	Somatório de intervenções do MP para ajustes de orçamentos municipais e estadual na área da infância e juventude

PROJETO	DESCRIÇÃO
A JUSTIÇA JUVENIL REESTAURATIVA NA RESTRUTURAÇÃO DE CENTRO INTEGRADO DE ATENDIMENTO AO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI	Disseminar o paradigma restaurativo no Centro de Atendimento ao Adolescente a quem se atribui autoria de ato infracional de São Luís, por meio de um processo formativo para os atores sociais e operadores do direito que o compõem, contribuindo para uma ação integrada dos órgãos, visando à garantir atendimento digno, ágil e pautado nos princípios do respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento e da prioridade absoluta.
MP NO COMBATE ÀS DROGAS!	O consumo de drogas na idade infantil vem crescendo a cada dia. As drogas provocam o afastamento da criança e do adolescente da escola, da família e da comunidade, impossibilitando um desenvolvimento saudável em sua formação pessoal e profissional. Diante disso, o projeto visa à uma aproximação do MPMA com as escolas maranhenses na realização de palestras com foco nos efeitos que as drogas causam em um indivíduo e os impactos que causam na sociedade.

Garantir o Saneamento Ambiental em todos os municípios do Estado;

Fiscalizar e assegurar a implementação do plano Estadual e dos planos Municipais de resíduos sólidos e de saneamento, previstos nas leis 12305/2010 e 11445/2009. Promover ações e medidas extrajudiciais visando a regularização urbanística e fundiária dos municípios do Estado.

INDICADOR	DESCRIÇÃO	FÓRMULA
PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS INSTAURADOS E AÇÕES JUDICIAIS PROPOSTAS NA ÁREA DO SANEAMENTO BÁSICO	Cômputos dos Municípios que implementaram o plano municipal de resíduos sólidos.	(Somatório de procedimentos instaurados e ações judiciais propostas/total de municípios implementados).

PROJETO	DESCRIÇÃO
REGIONALIZAÇÃO DA ATUAÇÃO AMBIENTAL	Projeto voltado para avaliar e construir um modelo de atuação regional do Ministério Público nas questões ambientais que atenda ao princípio da eficiência, sem prejudicar o princípio do Promotor natural e sem ser prejudicado pela mobilidade natural dos promotores de justiça na carreira.
SANEAMENTO AMBIENTAL NOS MUNICÍPIOS	O projeto objetiva fiscalizar o cumprimento da lei de política nacional de resíduos sólidos e a sua implementação em todos os municípios do Estado do Maranhão desde a implantação dos planos municipais de resíduos sólidos e, quando possível, dos planos de saneamento ambiental até o cumprimento de metas de implantação de reciclagem, reuso e destinação final de resíduos sólidos visando à alcançar pelo menos a média nacional de equipamentos, instalações e atividades implantadas nos outros Estados.

Combater as condutas ímprobas;

Atuar no combate às condutas que lesam o patrimônio público, que possibilitem enriquecimento ilícito e que não observem princípios constitucionais da administração pública.

INDICADOR	DESCRIÇÃO	FÓRMULA
PORTAL DA TRANSPARÊNCIA.	Controle externo e auditoria	(Total de municípios que implantaram o Portal da Transparência após intervenção do MP / Total de municípios maranhenses) x 100

PROJETO	DESCRIÇÃO
PORTAL DA TRANSPARÊNCIA	Portal da Transparência é uma iniciativa para assegurar a boa e correta aplicação dos recursos públicos. O objetivo é aumentar a transparência da gestão pública, permitindo que o cidadão acompanhe como o dinheiro público está sendo utilizado e ajude a fiscalizar. Diante disso, o presente projeto visa a implantação do Portal de Transparência em todos os municípios do Estado do Maranhão com população igual ou superior a cinquenta mil habitantes.

Combater o crime organizado;

Intensificar a atuação do MP no combate às organizações criminosas, em especial no combate à corrupção, ao tráfico de drogas, à sonegação fiscal e às organizações que atuam nos presídios.

INDICADOR	DESCRIÇÃO	FÓRMULA
QUANTIDADE DE AÇÕES VOLTADAS AO COMBATE AO CRIME ORGANIZADO COM PARTICIPAÇÃO DO GECOC	Só serão contabilizadas as operações que resultarem em ações penais com impacto social e econômico.	Número de operações que resultarem em ações penais

Estreitar o relacionamento com as Polícias visando à cooperação e à fiscalização;

Intensificar a atuação do MP no combate às organizações criminosas, em especial no combate à corrupção, ao tráfico de drogas, à sonegação fiscal e organizações que atuam nos presídios.

INDICADOR	DESCRIÇÃO	FÓRMULA
PROJETOS E OPERAÇÕES CONSTRUÍDOS EM CONJUNTO COM AS POLÍCIAS CIVIL, MILITAR E FEDERAL	Criação de projetos e operações da área criminal formulados em conjunto com as polícias civis, militar e federal.	Número total de projetos e operações da área criminal formulados juntamente com as polícias

IMPACTO SOCIAL

Ministério Público do Maranhão Positivando o Desenvolvimento Humano (IDH);

Contribuir para a melhoria do IDH nos municípios com os mais baixos indicadores de Desenvolvimento Humano no Estado.

INDICADOR	DESCRIÇÃO	FÓRMULA
MELHORIA DO IDH NOS MUNICÍPIOS	Mede a quantidade de ações/iniciativas realizadas na busca de melhoria do IDH dos municípios do Maranhão que estão abaixo do Ìndice de Desenvolvimento Humano	IDH dos municípios após a intervenção do MPMA

PROJETO	DESCRIÇÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO MARANHÃO: POSITIVANDO O DESENVOLVIMENTO HUMANO	O projeto tem como objetivo formar uma equipe com membros e servidores do MPMA, em parceria com representantes de movimentos sociais, órgãos públicos, conselhos, iniciativa privada e a sociedade civil, com o escopo de realizar reuniões, palestras educativas, seminários, desenvolver atividades culturais, audiências públicas e formalizar Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com os gestores dos municípios que apresentam Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) abaixo da média. O IDH de um município é composto a partir dos dados de expectativa de vida, educação e renda.

Ser reconhecido como Ministério Público resolutivo e mais próximo do cidadão

Receber da população do Estado do Maranhão o reconhecimento como sendo um órgão que atua de forma ética, independente e socialmente responsável, tornando-se a instituição de maior credibilidade.

Credibilidade	Obter reconhecimento público de que atua em completa harmonia com os fundamentos jurídicos e políticos que inspiraram sua legitimação constitucional.
Eficiência	Executar as atividades de forma alinhada aos valores, à visão, comportamentos, atitudes, métodos e procedimentos da Instituição.
Celeridade	Prover respostas rápidas ao cidadão, seja no atendimento ou na resolução das demandas que dependam diretamente do Ministério Público.
EFICÁCIA	Ser atuante e pró ativo em suas ações.
TRANSPARÊNCIA	Dar a devida publicidade e visibilidade às ações institucionais e práticas administrativas internas, valorizando o controle social de sua própria atuação como aperfeiçoamento do estado democrático de direito.
ÉTICA	Pautar a atuação pelos mais elevados parâmetros éticos. A finalidade de defesa do interesse público há de estar alicerçada pelo uso de meios lícitos e por postura isenta, equilibrada, impessoal, com respeito às pessoas e instituições envolvidas.
INDEPENDENTE	Atuar sem submissão e livre de interferências de qualquer natureza nas posições ministeriais. Sem prejuízo da adesão às Políticas Institucionais e Administrativas.

MODELO DE GESTÃO ESTRATÉGICA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO MARANHÃO

Para uma efetiva gestão estratégica, é necessário que cada um dos elementos que compõem a tradução da estratégia – objetivos, indicadores, metas e projetos, tenham seu momento de análise e acompanhamento, de forma que resulte em recomendações e na tomada de decisão.

Para tanto, foi definido um Modelo de Gestão Estratégica específico para o MPMA que, a partir do entendimento da sua dinâmica organizacional, atenda a estas necessidades.

O modelo de gestão adotado no Ministério Público do Maranhão contempla duas reuniões: reunião de análise dos projetos e reunião de análise do desempenho estratégico.

Para essas reuniões, são levantadas informações como: status dos planos de ação, disponibilização dos indicadores e análise do status dos projetos.

MODELO DE GESTÃO ESTRATÉGICA

a) Coleta dos Status dos Planos de Ação Desdobrados

Figura 04 - Modelo de Gestão Estratégica do Ministério Público do Estado do Maranhão

Fonte: 3GEN Gestão Estratégica

Atividade mensal: os Gestores dos Projetos deverão entrar em contato com os Promotores que aderiram aos projetos estratégicos para coletar o andamento dos Planos de Ação* e eventuais dificuldades enfrentadas na execução do projeto.

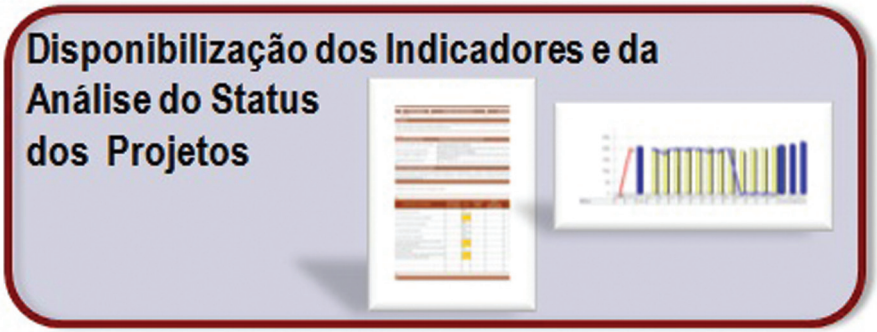
Os status dos planos de ação coletados pelos Gerentes de Projeto deverão ser repassados para a equipe de Planejamento estratégico, que gerará dados estatísticos para reportar à Administração Superior durante as Reuniões de Gestão Estratégica. Além disso, a equipe de planejamento também fará um acompanhamento contínuo da percepção dos Promotores sobre a qualidade e constância do suporte que recebem dos Gestores dos Projetos, da equipe de planejamento e da Administração Superior para execução dos seus planos de ação.

* Os planos de ação consistem no desdobramento regionalizado dos projetos estratégicos voltados à atividade-fim.

DISPONIBILIZAÇÃO DOS INDICADORES E DA ANÁLISE DO STATUS DOS PROJETOS

b) Disponibilização de Indicadores e da Análise do Status do Projetos

Figura 05 - Modelo de Gestão Estratégica do Ministério Público do Estado do Maranhão



Fonte: 3GEN Gestão Estratégica

Distribuição dos Indicadores

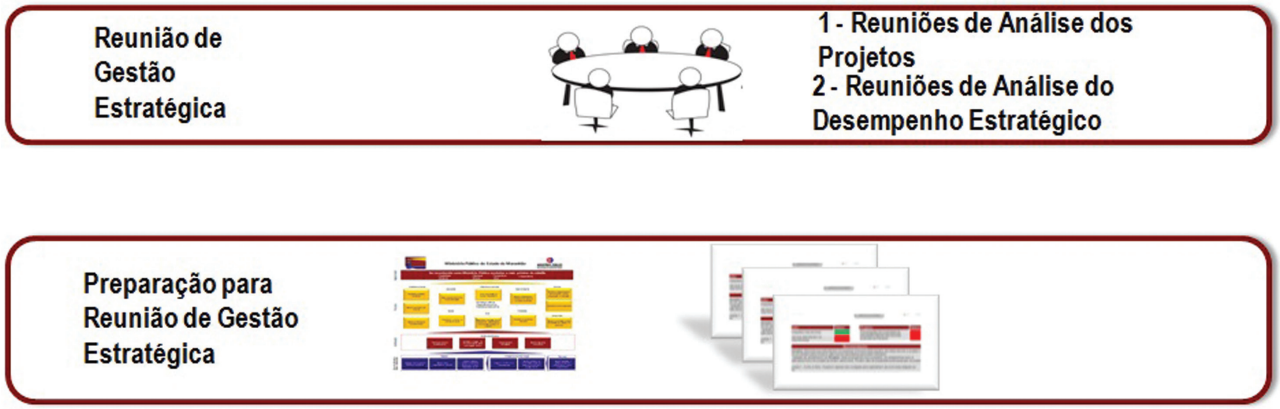
De acordo com as datas de disponibilização previstas nas fichas dos indicadores, a equipe de Planejamento enviará um e-mail aos Responsáveis pelos Indicadores solicitando que calculem os resultados do período.

Análise do Status dos Projetos

A equipe de planejamento enviará um e-mail para o Responsável pelo Projeto Estratégico, solicitando que o mesmo analise o andamento do seu projeto.

c) Reunião de Análise dos Projetos e Reunião de Análise do Desempenho Estratégico

Figura 06 - Modelo de Gestão Estratégica do Ministério Público do Estado do Maranhão



Fonte: 3GEN Gestão Estratégica

Preparação para Reunião de Gestão Estratégica

Com base nos dados atualizados dos indicadores, das análises dos projetos estratégicos recebidos e das informações estatísticas sobre o andamento dos planos de ação, a equipe de planejamento deverá preparar um arquivo PowerPoint para apresentação. O arquivo deverá conter o mapa de acesso, o status dos indicadores, o status dos projetos e as recomendações para melhoria do desempenho dos objetivos críticos.

A partir desse mesmo conteúdo, cada Responsável pelo Objetivo Estratégico deverá se preparar para apresentar a performance do seu objetivo, apontando eventuais problemas enfrentados no alcance das metas definidas e na execução dos projetos associados e definindo recomendações.

Além disso, a equipe de planejamento deverá preparar o Relatório de Gestão (contendo todos os conteúdos acima citados), que deverá ser enviado aos participantes com pelo menos dois dias de antecedência para que possam se preparar, tornando a reunião um momento de reflexão e tomada de decisão.

Dinâmica das reuniões:

Verificar ações pendentes da última reunião;

Visualizar o mapa estratégico em sua totalidade, com o status dos objetivos já sinalizados (para indicadores e projetos),de forma a permitir uma análise macro do mapa;

Apresentar o desempenho dos objetivos estratégicos com situação mais crítica em relação ao alcance de metas e/ou ao cumprimento de projetos: nestes casos, os respectivos Responsáveis deverão apresentar as possíveis causas que estão dificultando o alcance dos objetivos analisados e definir recomendações de correção de rumo. Parte dessas recomendações podem ter como foco a realocação de recursos em projetos estratégicos por meio da repriorização de projetos existentes ou, quando necessário, a criação de novos projetos.

Regra para sinalizar o indicador/objetivo

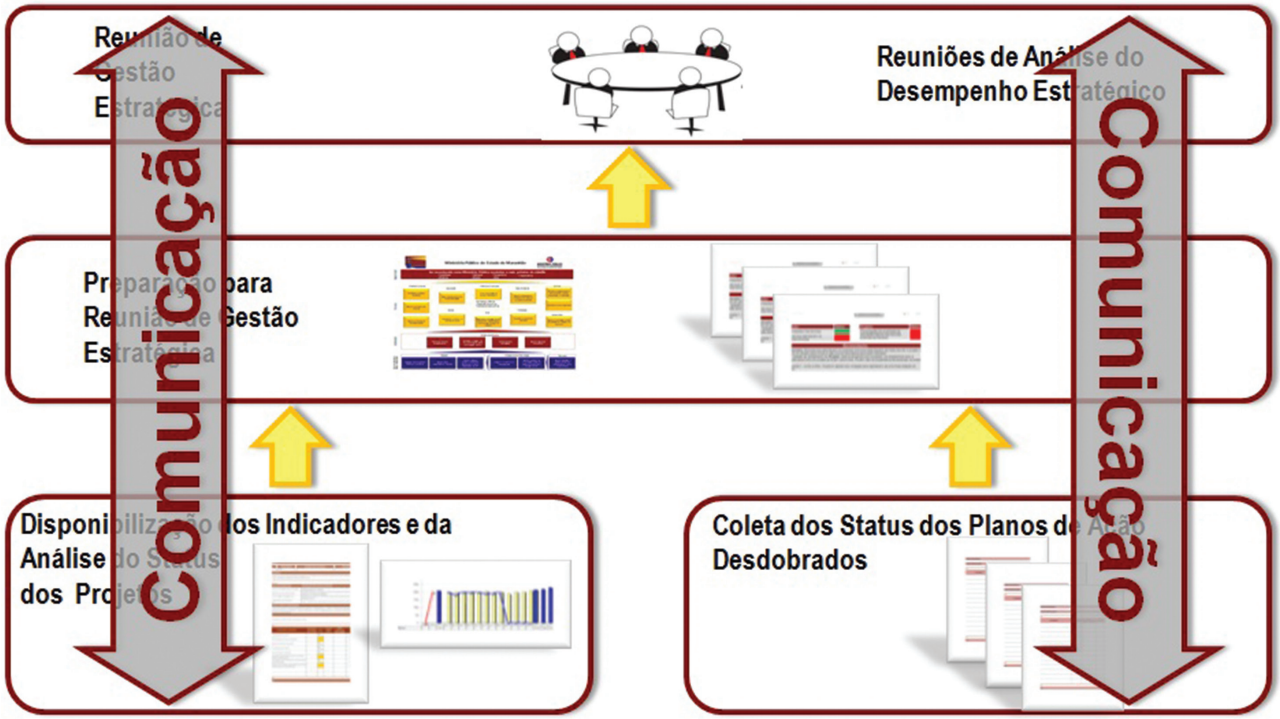
d) Comunicação

As decisões tomadas nas Reuniões de Gestão Estratégica deverão ser consolidadas pela equipe de Planejamento em uma ata avaliando, em conjunto com a Assessoria de Comunicação, a melhor forma de comunicá-las aos colaboradores:

Geral: deve ser incluída no Boletim Informativo e na página do Planejamento no Portal MPMA em ambiente de acesso restrito

Específica: define-se, na ata, quem serão os responsáveis por realizar a alteração no projeto ou processo proposta na Reunião e, caso os mesmos não estejam presentes, a equipe de Planejamento se encarregará de comunicar essas definições.

Figura 07 - Modelo de Gestão Estratégica do Ministério Público do Estado do Maranhão



Fonte: 3GEN Gestão Estratégica

PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

a) Responsáveis pelos objetivos estratégicos

Os Responsáveis pelos Objetivos Estratégicos devem estar comprometidos com os prazos e a qualidade do processo de gestão estratégica, monitorando, realizando o levantamento dos indicadores e análise dos objetivos.

Preparação para a Reunião de Gestão Estratégica

Disponibilização dos dados atualizados dos indicadores estratégicos, na data especificada na ficha de detalhamento do indicador

Acompanhamento e levantamento do Status do(s) Projeto(s) e Planos de Ação

Realização da análise qualitativa dos Objetivos Estratégicos baseados nos indicadores, nos projetos estratégicos e nos planos de ação

Após a Reunião de Gestão Estratégica

Execução dos pontos da ata da reunião que forem de sua responsabilidade

Permanentemente, os Responsáveis por Objetivos devem manter atualizadas as fichas de indicadores e o acompanhamento dos projetos que mais impactam no objetivo sob sua responsabilidade

b) Responsável pelo projeto

Cabe ao responsável pelo projeto a coordenação de todas as etapas a fim de garantir recursos (humanos, físicos e financeiros) para sua execução. Cabe ainda aos responsáveis pelo projeto o acompanhamento dos Planos de Ação, que foram desdobrados para o interior (projetos da atividade-fim), e o compromisso com o cumprimento dos prazos e com a qualidade do processo de gestão estratégica.

Preparação para a Reunião de Gestão Estratégica

Análise com base na verificação do cumprimento das etapas do cronograma e no alcance dos resultados pretendidos, bem como em informações externas com impacto na execução do projeto

Disponibilidade para esclarecer dúvidas dos Responsáveis pelos Objetivos Estratégicos e para apoiar a realização da análise dos objetivos

A atenção aos prazos de entrega das análises é de fundamental importância para a qualidade do processo

Após a Reunião de Gestão Estratégica

Execução dos pontos da ata da reunião que lhes forem passados pela equipe de planejamento, operando eventuais alterações nos processos/projetos sob sua responsabilidade

Permanentemente, os Responsáveis pelos Projetos devem manter as cartas atualizadas.

c) Equipe de Planejamento

De modo geral, a equipe de Planejamento será responsável pela coordenação do processo de gestão estratégica no MPMA e pelo referencial teórico em gestão estratégica, apoiando todos os envolvidos em eventuais dúvidas sobre a teoria referente à estratégia, gestão estratégica, BSC e seus elementos (objetivos, indicadores, TDIs, metas e projetos e planos de ação de desdobramento dos projetos).

Preparação para a Reunião de Gestão Estratégica

Definição dos prazos de entrega e análise da qualidade esperada dos dados dos indicadores e das análises de projetos e objetivos estratégicos

Apoio para esclarecimento de dúvidas quanto ao processo de gestão estratégica

Acompanhamento das entregas e cobrança em razão de eventuais atrasos

Elaboração do relatório de gestão estratégica, envio para a Administração Superior e definição do caminho crítico (pauta)

Preparação da apresentação para as Reuniões de Gestão Estratégica e coordenação das atividades necessárias para operacionalizar a reunião (agenda, espaço, infraestrutura, etc)

Durante a Reunião de Gestão Estratégica

Apoio na condução da reunião, navegando conforme a pauta e a profundidade das discussões

Esclarecimento de eventuais dúvidas metodológicas ou do processo

Realização da ata da reunião, especificando definições, responsáveis, prazos e comunicação

Após a Reunião de Gestão Estratégica:

Disponibilização da ata aos participantes

Responsabilidade pela qualidade do processo de comunicação das decisões estratégicas

Acompanhamento da execução das decisões constantes em ata

A todo momento, a equipe de planejamento deve avaliar a necessidade de eventuais mudanças na estratégia (objetivos), nos indicadores, metas e projetos, sugerindo melhorias a serem validadas pela Administração Superior e pelos demais participantes da Reunião de Gestão Estratégica.

d) Patrocinador

O Procurador-Geral de Justiça é o patrocinador do processo de Gestão Estratégica na organização e, como tal, tem o papel de garantir os recursos (humanos, físicos e financeiros) necessários para sua viabilização. Ao Patrocinador cabe garantir que o processo aconteça, buscando o comprometimento das partes envolvidas na execução da estratégia.

Preparação da Reunião de Gestão Estratégica:

Nesse momento, o Patrocinador deve avaliar juntamente com a Comissão de Gerência de Planejamento e Gestão o desempenho geral do Mapa e definir a pauta da reunião

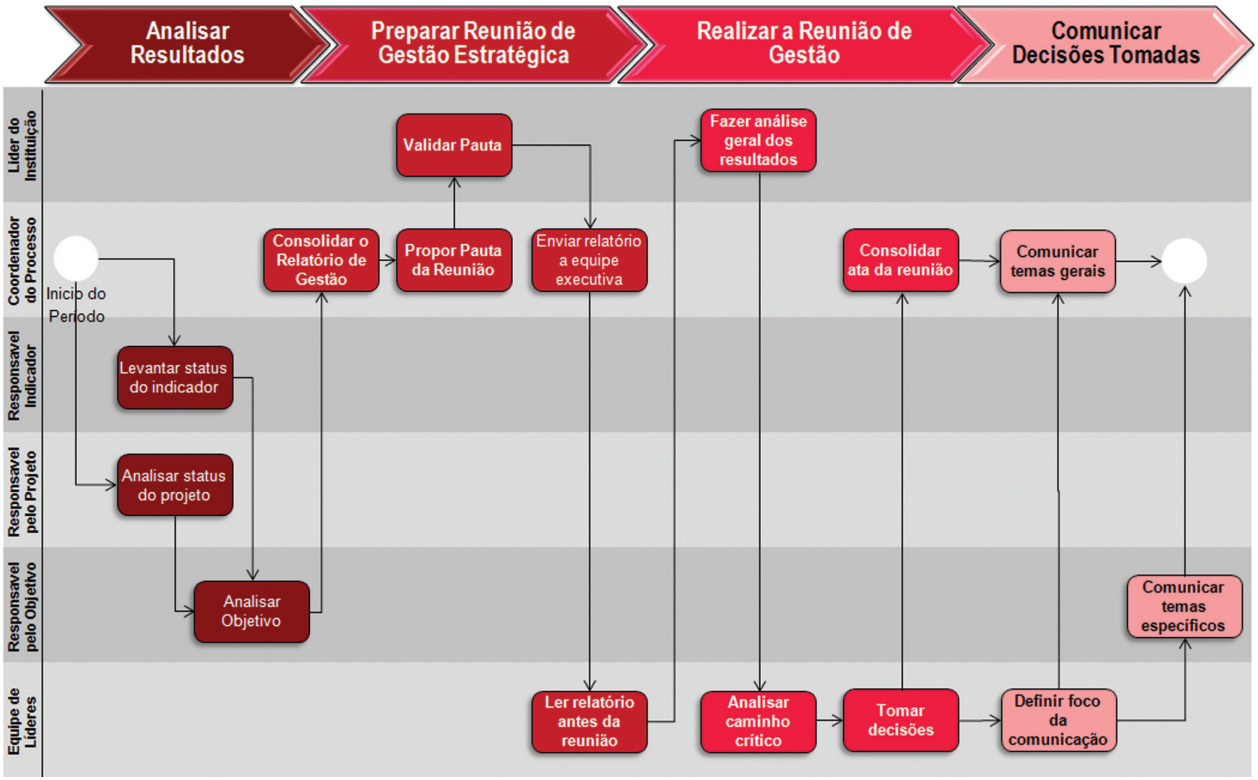
Condução das Reuniões de Gestão Estratégica: Para garantir o bom andamento da Reunião de Gestão Estratégica é fundamental ao Patrocinador:

Garantir a discussão de acordo com a pauta e o tempo definidos para a reunião

Conduzir a reunião de forma que esta seja um momento de reflexão estratégica e de tomada de decisão e não um momento de "busca de culpados". O maior valor da reunião virá do aprendizado estratégico.

FLUXO DO MODELO DE GESTÃO

Figura 08 - Modelo de Gestão Estratégica do Ministério Público do Estado do Maranhão



Fonte: 3GEN Gestão Estratégica

ESTAÇÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
MARANHÃO

A Procuradora-Geral de Justiça Fátima Travassos em entrevista ao programa de rádio Estação Ministério Público.

PROJETOS IMPLANTADOS

PROGRAMA DE RÁDIO ESTAÇÃO MINISTÉRIO PÚBLICO

Alguns desses projetos começaram a ser colocados em prática antes mesmo do fim da elaboração do planejamento estratégico da instituição. Como por exemplo o projeto programa de rádio Estação Ministério Público Maranhão.

Procurador de Justiça Eduardo Nicolau

Procurador de Justiça Francisco Barros de Sousa

Promotor de Justiça Paulo Roberto Ramos

Promotor de Justiça Hagamenon Azevedo

Promotora de Justiça Theresa Muniz de la Iglesia

Promotor de Justiça Ednarg Marques

Promotora de Justiça Karina Freitas

PROJETO PROGRAMA DE RÁDIO ESTAÇÃO MINISTÉRIO PÚBLICO MARANHÃO.

Ao apresentar o projeto, a proposta da Coordenadoria de Comunicação do Ministério Público, tanto no Estado do Maranhão quanto no Brasil, prendeu-se à necessidade de fortalecer a independência institucional na área de comunicação, a exemplo do que já ocorre com os sites e portais institucionais do Ministério Público brasileiro em todas as suas esferas.

A idéia central é que a instituição Ministerial seja detentora de espaços próprios nos diversos veículos de comunicação, em especial Rádio e Televisão, para ampliar o alcance de suas informações junto à população, que ainda conhece muito pouco o verdadeiro papel do Ministério Público.

A idéia ganhou corpo de forma rápida e ainda com o Planejamento Estratégico em andamento, no dia 4 de junho, o programa ESTAÇÃO MINISTÉRIO PÚBLICO MARANHÃO estreou na Rádio São Luís- AM, frequência 1.340 Khz.

Promotor de Justiça Marco Aurélio Fonseca

Promotor de Justiça Ronald dos Santos

Promotor de Justiça Carlos Henrique Vieira

Promotora de Justiça Márcia Haidê

Promotora de Justiça Glória Mafra

Promotor de Justiça Fernando Barreto

Nessa data, a Procuradoria Geral de Justiça estabeleceu um marco inédito na instituição, pela forma como foi edificada a parceria, sem custos financeiros diretos para as duas instituições. Os programas são realizados ao vivo, com a apresentação e direção do Coordenador de Comunicação da PGJ, Tácito Garros, produção da colaboradora Andréa Ricci e das servidoras Vânia Rodrigues e Virgínia Diniz, sempre aos sábados, no horário das 9 às 10 da manha.

O ESTAÇÃO MINISTERIO PÚBLICO, já ultrapassou a casa das 25 edições, tornou-se uma parada obrigatória para milhares de ouvintes, com a divulgação de notícias e entrevistas de Promotores e Procuradores de Justiça sobre os mais diversos assuntos, com a participação direta dos ouvintes por telefone.

Na edição de estréia, um dos diretores do Sistema de Comunicação fez as honras da casa. Paulo Falcão classificou o programa como um presente para a emissora, que no mês de junho completou 30 anos no ar com uma grande novidade: a disponibilização de aplicativos de internet que permitem a sintonia da Rádio São Luís em qualquer lugar do planeta com a mesma mobilidade do telefone celular.

Promotor de Justiça Vicente Martins

Equipe que faz o programa Estação Ministério Público

PROJETO O MINISTÉRIO PÚBLICO DO MARANHÃO POSITIVANDO O DESENVOLVIMENTO HUMANO

POSITIVANDO O DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH)

IDH

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

Procuradora-Geral de Justiça Fátima Travassos discursa em Araioses

O projeto Ministério Público do Maranhão Positivando o Desenvolvimento Humano tem como objetivo contribuir para uma melhor qualidade de vida da população do Estado. Para isso, o Ministério Público realizará audiências públicas nos municípios de Centro do Guilherme, Araioses, Santana do Maranhão, Lagoa Grande do Maranhão, Governador Newton Bello, Belágua, Matões do Norte, Fernando Falcão, Brejo de Areia, São Roberto e Presidente Juscelino e intensificará a fiscalização da aplicação de verbas públicas.

A elaboração, implementação de medidas de fortalecimento, monitoramento e avaliação das políticas públicas de inclusão social deverão ser feitas por meio de parcerias entre instituições públicas, privadas e a sociedade civil organizada. A primeira das onze audiências públicas ocorreu em Araioses, no Country Clube, e contou com a participação de mais de 600 pessoas, entre autoridades e representantes da sociedade.

O município de Araioses é o segundo com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) mais baixo do Maranhão (0,486), distante 477 km de São Luis. Na audiência, a temática da saúde foi a mais recorrente. A população destacou que, quando necessita de assistência médica, precisa se deslocar para um hospital de média complexidade, em Chapadinha, a 230 km ou para um hospital de alta complexidade em São Luís. Na urgência, a população prefere ser atendida em Parnaíba (PI), por ser mais próximo de Araioses.

Durante a audiência pública foram ouvidas várias pessoas, entre elas a senhora Veracilda Araújo da Silva, que há 14 anos trabalha como agente de saúde, na comunidade Passagem de Magú. Ela relatou que o resultado esperado naquela

Audiência Pública de Araioses

manhã era a melhoria na saúde pública. Segundo ela, a alimentação precária influencia no seu trabalho como agente de saúde. "As crianças sofrem porque não comem direito. O que mais atendo são crianças com anemia".

No tema educação, muitos jovens participaram e disseram que em Araioses não existe ensino superior e os estudantes ao terminarem o ensino médio precisam ir à Parnaíba, para continuarem os estudos. No município há um grande índice de analfabetismo entre os adultos.

Na Ilha das Canárias, maior aglomerado rural do município de Araioses, o acesso é feito somente de barco. A ilha abriga cinco comunidades que vivem da pesca e da coleta do caranguejo. Já na sede do município o maior empregador formal é o Poder Público (a Prefeitura). O município faz fronteira com Parnaíba (PI), a principal porta de entrada para o Delta das Américas, entretanto, o turismo não faz parte da movimentação de sua economia por falta de infraestrutura na cidade.

Hoje, a base da economia é a exportação de caranguejo. Segundo o relato dos moradores de Carnaubeiras, 15 mil caranguejos são exportados por semana, cada um pelo preço de R$ 0,50 e metade dessa produção é perdida no transporte inadequado. "Faltam estradas, infraestrutura e um trabalho que divulgue de forma correta, que o Delta não é de Parnaíba, é sim de Araioses. 75% do Delta do rio Parnaíba está em nossa região, mas os turistas

não acessam o Delta por Araioses e sim pelo município piauiense de Parnaíba", lamenta Agenor Santos, participante da audiência pública. Além da coleta do caranguejo, Araioses vive da pesca, da produção extensiva de caju e da mandioca. "O que é produzido aqui não é aproveitado pela região", afirmou o morador.

A segunda audiência pública foi realizada no município de Centro do Guilherme, com um IDH de 0,484, no dia 26 de outubro, no Clube Espaço Aberto. Centro do Guilherme dista cerca de 440 km quilômetros da capital São Luís e localiza-se na microrregião do Gurupi; fica quase na divisa do Maranhão com o Estado do Pará, mas apesar de ser o município detentor do menor Índice de Desenvolvimento Humano do Maranhão apresenta uma série de contrastes econômicos.

No centro urbano quase não se encontra casas de taipa e percebe-se a existência de um comércio bastante ativo, representado por pequenos mercados e lojinhas, numa clara demonstração de que a riqueza circulante no município não vem apenas da economia de subsistência ou do fruto do trabalho do funcionalismo público municipal, como normalmente ocorre na maioria das cidades do interior do Estado.

A proximidade da sede do muncípio com a Reserva Biológica do Gurupi, onde estão abrigadas várias reservas indígenas, entre elas a dos índios caapó, facilita o comércio irregular de madeira.

Segundo informação dos catraqueiros, homens responsáveis pela derrubada e embarque da madeira extraida supostamente da reserva, nos caminhões de trasporte, geralmente sem nenhuma condições de tráfego, os índios vendem árvores em pé, por valores que variam entre R$15,00 a R$300,00 aos madeireiros.

Os madeireiros, por sua vez, vendem a madeira às serrarias que fornecem aos compradores a madeira já beneficiada.

Audiência Pública de Centro do Guilherme

O metro da madeira beneficiada chega a custar R$ 1.200,00, comercializada por serrarias e madeireiros que atuam no município.

Para dar sequência ao projeto Positivando o Desenvolvimento Humana, será elaborado um relatório das audiências públicas pelas equipes técnicas e pelos parceiros do projeto. O objetivo não é só exigir das autoridades competentes que executem as politicas públicas e apliquem as verbas orçamentárias adequadamente, mas, sim, ajudar a buscar saídas para o desenvolvimento do município e da região.

Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), no Estado do Maranhão, os municípios que registram os índices mais baixos de IDH são: Centro do Guilherme, Araioses, Santana do Maranhão, Lagoa Grande do Maranhão, Governador Newton Bello, Belágua, Matões do Norte, Fernando Falcão, Brejo de Areia, São Roberto e Presidente Juscelino.

O Projeto Ministério Público do Maranhão Positivando o Desenvolvimento Humano tem o apoio da Caixa Econômica Federal e da Petrobras.

Audiência Pública de Araioses

Alinhamento Estratégico

Audiência de Araioses

Audiência Pública de Centro do Guilherme